

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO XI

VOLUME I



COIMBRA / 1964

Vespúcio e o descobrimento do Rio da Prata

X

«America la bien llamada»

Com este título polémico, publicou o historiador argentino Roberto Levillier, há poucos anos, uma obra em dois volumes de magnífica apresentação gráfica (x). O autor tem o cuidado de avisar, logo de início, que o livro não é, como se poderia pensar, um estudo consagrado simplesmente a Vespúcio, mas antes «un cuadro general de la era de los descubrimientos» (2). Isto não impede, porém, que o Florentino apareça como figura central do quadro. Apesar de a sua vida estar «rodeada de nebulosas», pensa Levillier que «estas páginas robustecerán la fe en sus viajes y su fama, menoscabada desde siglos por rumores insidiosos» (3). Para robustecer essa abalada fé apareceu este tratado de apologética que é *America la bien llamada*.

No primeiro tomo (*La conquista de occidente*) começamos por ver como Portugal dominou a costa atlântica africana. Fala-se do Infante D. Henrique, de D. Afonso V, do comércio da Guiné e da guerra com os Reis Católicos. Ficamos a saber que a bula *Aeterni Regis*, de 1481, não foi divisória e que Castela entreabriu as portas de um novo mundo com a primeira viagem de Colombo. Surgem as célebres bulas de Alexandre VI e assistimos ao êxito de D. João II em Tordesilhas, que é diferente do que se tem pensado. No capítulo seguinte, «Castilla descubre tierra firme». Defende-se a realidade da primeira viagem de Vespúcio e procura-se mostrar que ele des-

1(0 R. LEVILLIER, *America la bien llamada*, 2 tomos, Buenos Aires, Editorial G. Kraft, 1948.

(2) *Ibid.*, t. i, p. xv.

(3) *Ibid.*, t. I, p. XVII.

cobriu o Brasil na segunda viagem, logo seguido por vários navegadores castelhanos, precursores de Cabral. *Espejismos fabulosos y ilusiones de prioridad*: tal é o título de um capítulo de ataque cerrado a alguns sectores da historiografia portuguesa. Aires do Casal e o Visconde de Santarém são *sabotadores*, acusados de terem *revolido* a história americana... A viagem de Duarte Pacheco ao Brasil em 1498 é puramente imaginária (minuciosa demonstração de dez páginas) e a. *História da Colonização Portuguesa do Brasil* não passa de «hiperbólico panegírico», vendo-se obrigada a sofrer a «depuración de algunos de sus juicios». Ainda não é tudo, porque o Autor precisa de mais dezassete páginas para desmascarar a *artimanha* da «política de secreto y sus remiendos oportunistas». Resta ao leitor português a consolação de que, no último capítulo, «Portugal da temas a Camoens», por intermédio de Vasco da Gama e de Cabral, chamado fundador (mas não descobridor...) do Brasil.

Todo o segundo tomo (*Bajo la Cruz del Sur*) é dedicado à viagem portuguesa de 1501-1502 à costa oriental sul-americana. Com argumentos tirados principalmente da cartografia, dá-nos o Autor uma nova versão desta viagem, tratando pormenorizadamente do itinerário, dos lugares descobertos, do papel de Vespúcio e, finalmente, de «una controversia de siglos»: o problema da autenticidade das cartas atribuídas ao Florentino e sua conciliação com os mapas do tempo.

Os argumentos e conclusões desta obra foram depois resumidos, completados ou esclarecidos em outros trabalhos do mesmo autor ⁽⁴⁾.

É de toda a justiça reconhecer a grande erudição do historiador argentino e a poderosa dialéctica com que sabe defender os seus pontos de vista. Ao longo destas páginas claras e bem escritas (apesar de algumas repetições fatigantes) encontramos por vezes ideias originais, explicações sugestivas, brilhantes sínteses. Não há novos

⁽⁴⁾ **Américo Vespúcio, *El Nuevo Mundo, Cartas relativas a sus viajes y descubrimientos*, com um estudo preliminar de R. LEVILLIER, Buenos Aires, 1951; *La opinión de Duarte Leite sobre el viaje descubridor de la Argentina, por Vespúcio*, B. Aires, 1952; *El descubrimiento del río de la Plata y la Patagonia por Vespúcio en 1502, Pruebas y concordancias*, in *Argentina Austral*, ano XXIV, n.º 256, Novembro-1952, pp. 4-12; *A propósito de Vespúcio, Crítica ou sabotagem?*, in *Revista de História*, São Paulo, ano IV, n.º 16, Outubro-Dezembro de 1953, pp. 382-425.**

documentos, mas há novas interpretações. Por outro lado, bastaria a colecção de reproduções de mapas quinhentistas da América do Sul (até agora dispersas por livros nem sempre acessíveis) para fazer desta obra um valioso instrumento de trabalho. De modo nenhum pretendemos negar, portanto, o que há de positivo em *América la bien llamada*. Mas também não podemos tomar parte no coro de elogios sem restrições (5).

A bela construção de Levillier, aparentemente sólida quando vista por alto, começa a revelar os seus pontos fracos se a analisarmos de perto e com cuidado. Encontramos então opiniões aventurosas, hipóteses facilmente transformadas em certezas, incongruências, contradições e estranhos esquecimentos. Acresce ainda que todo o livro é animado por um tom polémico francamente desagradável, pois o Autor não poupa as ironias nem os sarcasmos, dirigidos principalmente a historiadores portugueses, acusados de parcialidade. Usando esse tom agreste e servindo-se, em certos casos, de dois pesos e duas medidas na apreciação dos documentos, por influência das suas *filias* e *fobias*, Levillier cai afinal no mesmo erro que censura nos outros, apenas com sinal contrário... Para que se não diga que ficamos em generalidades, daremos alguns exemplos do que afirmamos, sem a pretensão de esgotar o assunto.

Sempre inclinado a aceitar tudo quanto possa contrariar qualquer alegada prioridade portuguesa, Levillier considera provável que os primeiros exploradores do Atlântico tenham sido genoveses, catalães e venezianos. «Muy claro resulta, pues, que la ciencia náutica y las exploraciones marítimas por Africa no arrancan de Enrique el Navegante. Gente de toda nacionalidad habia descubierto desde siglos las islas del occidente y del sur, y el continente mismo (*sic*)». O descobrimento português da Madeira e dos Açores teria sido apenas um redescobrimento. O aspecto glorioso da obra do Infante D. Henrique e a sua importância universal resultariam de ter dado a esse avanço o carácter de uma política permanente de Estado. Entretanto, «es cierto que ya habían recorrido el Atlántico y descubierto islas y tierras firmes (?) navegantes de otras nacionalida-

(5) A Editorial G. Kraft reuniu e publicou muitas dessas apreciações elogiosas num folheto intitulado *América la bien llamada. Apreciaciones formuladas por revistas, entidades y profesores especializados en historia americana*, Buenos Aires, s. d.

des. Podía leerse en alusiones de crónicas y memorias y comprobarse en cartas geográficas anteriores a su tiempo...» (6).

A isto importa observar que a cartografia antiga tem de ser utilizada com cuidado, porque nela abundam os erros e as fantasias. Parece que Levillier nem sempre teve presente esta norma elementar, como se conclui do seu grande equívoco a propósito do atlas de Médicis, da Biblioteca Laurenciana de Florença. Nesse atlas, atribuído a autor genovês e geralmente considerado de 1351, há um mapa-múndi com uma representação da África que o historiador argentino acha aproximada da realidade, «a pesar de sus errores» e das suas «sorprendentes medidas». E é quanto basta para escrever pressurosamente: «Ese mapa de 1351 prueba que una circunnavegación habría tenido ya lugar em el siglo xiv» (7). Nada menos: a circum-navegação da África na primeira metade de século xiv !

Simplesmente, a *prova* de Levillier não prova nada. Que assim é claramente o mostra um especialista da cartografia africana e oriental, o historiador francês A. Kammerer. Depois de dizer que o referido mapa nos surpreende pela relativa justeza da sua configuração austral, acrescenta: «Malheureusement, un examen attentif de la carte a facilement révéle que la pointe méridionale de l'Afrique est une retouche et même une retouche maladroite, dont l'auteur était médiocrement informé, effectuée probablement au début du **xv**^e siècle. Et l'on peut rétablir le tracé primitif presque effacé, tracé qui est purement et simplement celui de la carte similaire d'Albertin de Virga». Fácil é concluir, portanto, contrariamente à ousada afirmação de Levillier, que «rien, en effet, ne permet de reconnaître dans le tracé de l'Afrique australe des notions nouvelles rapportées par un navigateur ayant relevé la côte *de visu*» (8).

Ainda a propósito deste assunto, é interessante notar que o historiador argentino, tão pronto a aceitar descobrimentos de genoveses, catalães e venezianos no Atlântico, se mostra, pelo contrário, extremamente severo para com «esos pueriles defensores de glorias inexistentes», como chama aos que admitem o conhecimento pré-colombino da América pelos portugueses. Para o Autor, as viagens quatrocentistas portuguesas na direcção do ocidente não passam

(*) *America*, t. I, p. 7-8.

(7) *Ibid.*, p. 11.

(8) A. KAMMERER, *La Mer Rouge, V Abyssinie et Y Arabie depuis Y Anti-quité*, tomo II, 2.^a parte, Cairo, 1935, pp. 351-353.

de fábulas, fantasias, lendas, ou, na melhor das hipóteses, expedições falhadas... E contudo não faltam «alusiones de crónicas y memorias», nem cartas dos séculos xiv e xv que têm desenhadas, em pleno Atlântico, ilhas denominadas *Brasil* e *Antilia*, além de outras. Mas agora crónicas e mapas perderam o valor e Levillier observa apenas, irónicamente: «Todo es posible... siempre que se pruebe»⁽⁹⁾.

Investigadores e estudiosos têm procurado saber quais os verdadeiros objectivos do Infante D. Henrique a respeito do Oriente, divergindo as soluções propostas. Para uns, ele pretendia atingir a Índia propriamente dita; para outros, o seu alvo mais longínquo era a Etiópia. Naturalmente, esta última é que tem as simpatias de Levillier... Em seu entender, o propósito do Infante consistia em «acercarse al Preste Juan, Rey de Abisinia, (...) para desde allí, y con su concurso, guerrear contra los musulmanos en el Mar Rojo y en el Indico». D. Henrique «tuvo la prioridad en la idea de circunnavegar el continente africano», mas a Abissínia «era la Índia que buscaba».

Depois disto, ficamos surpreendidos ao ler que o Infante «no previó viajes por el Océano Indico, ni pretendió la Índia Oriental»⁽¹⁰⁾. Repare-se: D. Henrique desejou guerrear com os muçulmanos no Mar Vermelho e no índico e teve a ideia de contornar a África, mas... não previu viagens pelo Oceano Índico !

A questão dos objectivos do Infante é mais complicada do que pensa Levillier⁽ⁿ⁾. Conhecendo talvez mal as fontes e a biblio-

⁽⁹⁾ *America*, t. I, p. 84. Sobre viagens portuguesas para ocidente (reais, supostas e projectadas) antes de Colombo, ver: F. FERNANDES LOPES, *Colaboração portuguesa no descobrimento da América não brasileira*, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. n, Lisboa, 1939, pp. 331-347; DAMIÃO PERES, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, 1943, pp. 151-171, 253-256, 260-268. Sobre a cartografia: F. FERNANDES LOPES, *ob. cit.*, pp. 332, 347; WALTER SPALDING, *O Brasil na cartografia e na lenda*, in *Revista do Instituto Hist. e Geogr. do Rio Grande do Sul*, 1945, 2.º trimestre, n.º 98, pp. 211-217; LEVILLIER, *America*, t. i, p. 84.

⁽¹⁰⁾ *America*, t. I, pp. 8-10, 18-20, 184.

⁽ⁿ⁾ Cfr. C. COIMBRA, *O Infante D. Henrique e o descobrimento do caminho marítimo para a Índia*, in *Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 1.ª Secção (*Descobrimentos*), vol. II, Lisboa, 1938, pp. 155-173; F. FERNANDES LOPES, *Em favor do plano henriquino das Índias*, *ibid.*, pp. 189-197; DAMIÃO PERES, *História dos Descobrimentos Portugueses*, pp. 34-41.

grafia portuguesas, apoiou-se em Vignaud e logo se julgou com autoridade para fazer afirmações peremptórias sobre o assunto. No entanto, nem a expressão da bula de 1454 sobre os *índios que se diz venerarem o nome de Cristo* se refere necessariamente aos etíopes, pois pode ser alusão aos cristãos nestorianos da Ásia, nem a tese de Vignaud parece conciliável com um importante passo de Zurara em que, ao tratar de informações que D. Henrique procurava obter, se distinguem claramente as *índias da terra do Preste João* ⁽¹²⁾.

Depois da política do Infante, também a de D. João II e dos Reis Católicos mereceu a atenção de Levillier, em páginas nem sempre felizes. Apesar de se considerar isento de *fobias e filias*, achou conveniente fazer a defesa das famosas bulas de Alexandre VI, certamente por simples amor da verdade. Em sua opinião, a Santa Sé «si fué severa, no fué injusta con Portugal, ni le quitó privilegios que anteriormente le acordara», e em certos termos restritivos das bulas de 1493 descobre «la preocupación pontificia de respetar derechos adquiridos» ⁽¹³⁾.

É singular que, tratando destes documentos, o historiador argentino pareça aceitar tranquilamente as datas tradicionais, como se todas elas correspondessem à realidade. Todavia está provado, pelo menos desde 1916, que a 2.^a *Inter Coetera* e a *Eximie Devotionis*, datadas de 4 e 3 de Maio, foram expedidas, respectivamente, em fins de Junho e princípios de Julho. O facto não é de tão pouca importância que deva ser esquecido ou desprezado, pois lança inesperada luz sobre as negociações luso-castelhanas que precederam o tratado de Tordesilhas e demonstra, por outro lado, a parcialidade de Alexandre VI ⁽¹⁴⁾. Isto mesmo reconheceu um historiador espanhol, Manuel Giménez Fernández, em notável estudo, do qual se conclui que as famosas bulas foram pedidas «como mero expediente pragmático para oponerse, ante todo, a las pretensiones portuguesas fundadas en privilegios pontificales», ou como instrumento de possíveis limitações de tipo espiritual frente à concessão do poder

⁽¹²⁾ Sobre a expansão do nestorianismo na Ásia ver R. GROUSSET, *l'Homme et son Histoire*, Paris, 1954, pp. 235-238.

⁽¹³⁾ *America*, t. I, p. 67.

⁽¹⁴⁾ J. CORTESÃO, *Le Traité de Tordesillas et la découverte de l'Amérique*, Lisboa, 1926, pp. 29-44.

real feita a Colombo ⁽¹⁵⁾. Na oposição a Portugal, Fernando de Aragão contou acima de tudo com «la amistad interesada de Alejandro VI» ⁽¹⁶⁾.

Quanto ao respeito dos direitos adquiridos, invocado por Levillier, convém lembrar que ele é garantido nas duas *Inter Coetera* e na *Eximie Devotionis*, mas não na *Dudum Siquidem*, posterior àquelas. Em vão se pretende mostrar que «la Bula, apesar de ser molesta para Portugal, era equitativa» ⁽¹⁷⁾. Afirmar que o Papa não tirou aos portugueses privilegios anteriormente concedidos é contrariar os termos expressos da bula. Com efeito, Alexandre VI, concedia aos Reis Católicos todas as terras descobertas ou por descobrir, encontradas pela via do ocidente, «quer se achem tanto nas regiões ocidentais como nas orientais e na índia», e isto não obstante quaisquer doações ou concessões, feitas por ele ou por seus predecessores, «a quaisquer Reis, Príncipes, Infantes, ou quaisquer outras pessoas, ou ordens e milícias, das sobreditas partes, mares, ilhas e terras ou alguma parte delas (...), ainda que, por acaso, algumas vezes aqueles a quem tais doações fossem feitas, ou seus enviados, ali navegassem, as quais — acrescenta— (...) com idênticos *motu*, ciência e plenitude de poder, totalmente revogamos, e quanto às terras e ilhas por eles actualmente não possuídas queremos que seja tido por não realizado...» ⁽¹⁸⁾. As palavras «totalmente revogamos» são eloquentes. Por outro lado, o Infante D. Henrique e a Ordem de Cristo aparecem tão claramente sob a alusão a Infantes e a ordens e milícias que o historiador espanhol há pouco citado não hesitou em escrever que a bula *Dudum Siquidem* é «dirigida evidentemente contra Portugal» ⁽¹⁹⁾.

Para fugir a esta evidência, Levillier tenta uma peregrina explicação: «Es cierto que las condiciones de la Bula *Dudum Siquidem* eran desagradables o parecían serlo (*sic*) para Portugal; pero si esa potencia hubiese ocupado la India, como pudo hacerlo desde 1488,

⁽¹⁶⁾ M. GIMÉNEZ FERNÁNDEZ, *Nuevas consideraciones sobre la historia y el sentido de las letras alejandrinas de 1493 referentes a las Indias*, in *Anuario de Estudios Americanos*, t. I, Sevilha, 1944, p. 175.

⁽¹⁶⁾ *Ibid.*, p. 246.

⁽¹⁷⁾ *America*, t. I, p. 72.

⁽¹⁸⁾ Texto latino e tradução castelhana em M. G. FERNÁNDEZ, *ob. cit.*, pp. 384-387.

⁽¹⁹⁾ M. G. FERNÁNDEZ, *ob. cit.*, p. 214.

la nueva disposición le habría sido indiferente» ⁽²⁰⁾. E, com toda a seriedade, descobre no documento um inesperado sentido: «La *Dudum Siquidem* castigaba la morosidad de Lusitania...» ⁽²¹⁾. Portugal castigado por ainda não ter chegado à Índia !

Não vale a pena insistir no que tem de despropositada e anti-histórica a observação do estudioso argentino. Criticar Portugal por não ter atingido a Índia em 1488 é tão legítimo como censurar Castela por só ter descoberto a América em 1492, quando «pudo hacerlo» muitos anos antes, segundo a lógica de Levillier, visto que já navegadores portugueses tinham percorrido os mares de ocidente... ⁽²²⁾.

Mais felizes — ainda que não inteiramente — são as páginas dedicadas ao tratado de Tordesilhas. Muito justamente o Autor põe em foco a substituição do direito do primeiro ocupante (estabelecido na *Dudum Siquidem*) pelo princípio das demarcações fixas, adoptado no célebre convénio. «Los Reyes Católicos y sus Consejeros no prestaron importancia a esa alteración, y, sin embargo, era capital» ⁽²³⁾.

Mas já não nos parece exacta a afirmação de que «sólo se pensaba entonces en el lejano Oriente», pois que «no había más» ⁽²⁴⁾. O Oriente era a preocupação fundamental, mas não a única. Segundo alguns autores, já antes de Tordesilhas D. João II teria conhecimento positivo da existencia do Brasil ⁽²⁵⁾, ponto de vista que Levillier combate, alegando que, nesse caso, o Rei teria exigido

⁽²⁰⁾ *America*, t. I, p. 73.

⁽²¹⁾ *Ibid.*, p. 76.

⁽²²⁾ Pode, no entanto, por-se o problema: quais os motivos da aparente inacção de D. João II desde 1488 até à sua morte, em 1495 ? «La causa de la súbita inacción de don Juan — diz LEVILLIER — no ha sido descubierta. Cada cual puede conjeturar a su antojo, pero la verdad se ignora» (*America*, t. I, p. 47). Apesar de reconhecer que «la verdad se ignora», LEVILLIER não hesitou em considerar Portugal culpado pois viu um castigo na bula *Dudum Siquidem* ...

⁽²³⁾ *America*, t. I, p. 76.

⁽²⁴⁾ *America*, t. I, p. 77.

⁽²⁵⁾ J. CORTESÃO, *Le Traité de Tordesillas et la découverte de l'Amérique*, p. 48-49; J. BENSÂUDE, *Lacunes et Surprises de l'Histoire des Découvertes Maritimes*, Coimbra, 1930, pp. 270-284, e *Estudos sobre D. João II*, in *Anais da Academia Port. da História*, 2.^a série, vol. i, Lisboa, 1946, pp. 210-211, 220-223, 240-241; GAGO COUTINHO, *Bartolomeu Dias*, Lisboa, 1953, pp. 259-261.

o reconhecimento do seu direito, com a simples invocação da prioridade do descobrimento, o que não se verificou. Observação justa, segundo nos parece. Só é pena que o historiador argentino, impelido pelo seu ardor polémico, tenha escrito, quase ao mesmo tempo, que D. João II se satisfizesse com o tratado de Tordesilhas, «sin presentir, ni él ni Don Fernando, en 1494, la existencia de una vasta masa continental entre Asia y Europa» ⁽²⁶⁾.

Ora, se é certo não termos provas de que o Rei conhecia *positivamente* as terras brasileiras, em compensação não faltam documentos a demonstrar que ele suspeitava da existência de ilhas e mesmo de um continente a sudoeste do Atlântico. Basta lembrar a alusão clara da carta dos Reis Católicos a Colombo, de 5 de Setembro de 1493, e o passo ainda mais claro de Las Casas, na *Historia de las índias* (Liv. I, cap. cxxx) ⁽²⁷⁾. Sobre estes importantes e bem conhecidos textos manteve Levillier um prudente silêncio, mas — embora contradizendo-se a si próprio — a verdade veio a brotar-lhe naturalmente da pena ao escrever que «Don Juan II sospechó, por rumores, de alguna tierra o isla, pero sin seguridad de ubicación» ⁽²⁸⁾. Para diminuir o valor de tal suspeita, insiste em que tudo eram «leyendas», «nieblas de mar», «rumores indefinidos», mas ele próprio se encarrega de mostrar que não era tanto assim ao escrever que a «intuición indeterminada de don Juan conocida de Colón» se referia a «una posible tierra firme en el sudoeste» ⁽²⁹⁾. Em que se fundava essa *intuição* do Rei de Portugal não o sabemos ao certo ⁽³⁰⁾, mas o que é evidente é que ela

⁽²⁶⁾ *America*, t. I, p. 76.

⁽²⁷⁾ Cfr. M. F. DE NAVARRETE, *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo xv*, tomo II, 2.^a ed., Madrid, 1859, doc. LXXXI, pp. 123-125; DAMIÃO PERES, *Hist. dos Descobrimentos Portugueses*, pp. 288-289, e *O Descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral*, Porto, 1949, pp. 77-78, 118-119.

⁽²⁸⁾ *America*, t. I, p. 155.

⁽²⁹⁾ *America*, t. I, pp. 77, 230.

⁽³⁰⁾ Talvez em viagens feitas para estudar o condicionalismo físico do Atlântico sul e que teriam encontrado indícios de terra, como aconteceu mais tarde com a armada de Vasco da Gama. A rota complexa deste, que não pode ter sido adivinhada, e o uso de naus em vez de caravelas pressupõem a existência de tais viagens (Cfr. GAGO COUTINHO, *A Náutica dos Descobrimentos*, vol. I, Lisboa, 1951, pp. 89-91, 237-240, 323-327; vol. II, Lisboa, 1952, pp. 39-43, 58-59; e *Bartolomeu Dias*, pp. 249-262).

era suficientemente forte para alarmar os Reis Católicos, que chegaram a consultar Colombo sobre a conveniência de se alterar a linha divisória da segunda *Inter Coetera* (Carta de 5-Setembro-1493), e, por outro lado, impressionou de tal modo o grande navegador que, ao planejar a sua terceira viagem (1498), dizia querer tomar a direcção do sul, para «ver cual era la intinción del rey D. Juan de Portugal, que decía que al Austro había tierra firme» e que tinha «gran inclinación de enviar a descubrir al Sudueste» ⁽³¹⁾. Um historiador imparcial não devia fazer silêncio sobre tão importantes documentos.

Em contraste com esta atitude, encontramos dez páginas de crítica cerrada e minuciosa «com que se empenha em derrubar a conjectura dum descobrimento do Brasil em 1498, por Duarte Pacheco Pereira. As frases, os factos, as distâncias em tempo e espaço, tudo é rigorosamente pesado, até a conjectura estar prestes a desmoronar, batida por um vendaval de argumentos» ⁽³²⁾. Como o Prof. Luciano Pereira da Silva admitiu que tal viagem tivesse sido secreta, logo vem o comentário desdenhoso: «Esto no es historia, sino fábula» ⁽³³⁾.

E Duarte Pacheco serve então de pretexto para um ataque violento à chamada *política de sigilo*. Com intuito depreciativo, diz Levillier que ela «no convenció fuera de Portugal» e que nem mesmo tem sido muito discutida, «como si, al sentirla efecto de un espejismo de fakir, se le abriera paso, sin darle importancia» ⁽³⁴⁾. Sendo assim, é verdadeiramente de surpreender que o historiador argentino lhe tenha feito tantas críticas, alusões e referências, ao longo do seu trabalho ⁽³⁵⁾, em vez de passar à frente «sin darle importancia»... Maior é ainda o espanto quando se nota que a teoria do sigilo lhe provoca verdadeira irritação, a ponto de não poupar as expressões violentas ou sarcásticas: «varilla mágica», «oportunísimo talismán esa aguja de remiendos», «triquiñuela peregrina que nadie ha admitido, salvo el autor y sus acólitos», «invento

⁽³¹⁾ B. DE LAS CASAS, *Historia de las Indias*, ed. de A. MILLARES CARLO, tomo i, México, 1951, liv. i, cap. cxxx, p. 500.

⁽³²⁾ JULIO GONÇALVES, *Américo Vespúcio. Ainda e sempre ante a crítica histórica*, Lisboa, 1953, p. 156.

⁽³³⁾ *America*, t. I, p. 156.

⁽³⁴⁾ *America*, t. I, p. 150.

⁽³⁵⁾ *Ibid.*, pp. xxvii-xxviii, 44, 73, 149-150, 156, 182-199, 230.

mágico», «revulsivo patriótico», «aleluyas y loas», «arbitrariedad burlesca», «un ardid», «una artimaña»...

Depois disto, é de sumo interesse verificar que Levillier, afinal, também admite o sigilo, pois acha «natural que un país como Portugal escondiese los planes de su política marítima y colonial», embora não possa crer que guardasse os segredos *contra os seus interesses* (36). O sigilo poderia aceitar-se como explicação ocasional, mas não como uma política fixa, «gracias a cuyo artificio se saca partido de cualquier oscuridad o silencio para atribuirle un contenido favorable» (37).

Apesar destas palavras, o historiador argentino — tendo-as talvez esquecido — não hesitou em escrever que as cartas dos agentes italianos em Lisboa reveladoras de curiosidades de ordem geográfica «eran las más castigadas, pues si le resultaba indiferente al Rey que supiese el mundo entero lo que traía y ganaba, le inquietaba que otras naciones conociesen las derrotas, las líneas de costa, los puertos de tránsito y la posición de los fuertes. Temía que con esa información se atreviesen cualquier día a violar su ruta marítima» (38).

Se bem compreendemos o pensamento do Autor, admite-se aqui uma verdadeira *censura oficial* à correspondência dos diplomatas estrangeiros em Lisboa. Não está nada mal, para quem nega a existência de urna *política fixa* de sigilo... E ainda não é tudo. Para explicar as «omisiones y rarezas sorprendentes», as «deformaciones inconcebibles» e outros erros da cartografia do tempo, recorda Levillier que D. Manuel I, pouco depois de criar a Casa da Índia, proibiu *sob pena de morte* que se deixassem ver os roteiros, diários de navegação e cartas marítimas; além disso, ao piloto-mor correspondia a tarefa de «eliminar de las obras cartográficas los descubrimientos nuevos que conviniese mantener secretos» (39). Mas que é isto senão reconhecer a existência de uma política de segredo, pelo menos no tempo de D. Manuel ?

Por fim, ao verificar que o historiador argentino recorre ao executado sigilo para explicar certos silêncios comprometedores de car-

(36) *Ibid.*, pp. 184-185.

(37) *Ibid.*, p. 156.

(38) *Ibid.*, p. 194.

(39) *América*, t. II, p. 20.

tas atribuídas a Vespúcio — «era peligroso hablar de navegaciones y descubrimientos en tierra de Portugal, o escribir a su respecto» ⁽⁴⁰⁾—o leitor acaba por perguntar naturalmente: para que tanta indignação e tanta violência de linguagem ? Note-se que não pretendemos discutir neste momento a questão do sigilo, mas apenas mostrar que Levillier não soube tratar o assunto com a isenção e a serenidade necessárias ⁽⁴¹⁾.

Pouco feliz foi também o Autor ao apreciar a influência de Portugal no Oriente, que, em seu entender, não foi maior «que la de los elevadores de granos en las actividades superiores de los países trigueros» ⁽⁴²⁾. Cita um passo de Oliveira Martins, segundo o qual os descobrimentos e conquistas teriam transformado uma nação rural, guerreira e piedosa em grande companhia de comercio, e acha esta atitude de Portugal «tan idéntica» à da Grã-Bretanha e da Holanda mais tarde... ⁽⁴³⁾. A expansão portuguesa não teria influído nos costumes e na vida das populações orientais. «El contacto fué en todo de periferia y sin raíces» — conclui peremptoriamente Levillier ⁽⁴⁴⁾, mostrando assim conhecer mal a acção dos portugueses nas terras do Levante e o influxo que exerceram sobre a raça, a língua, a cultura, a arte e as crenças religiosas dos povos com que estiveram em contacto ⁽⁴⁵⁾.

⁽⁴⁰⁾ *Ei Nuevo Mundo*, p. 70.

⁽⁴¹⁾ Há uma exposição bastante completa da teoria do sigilo em JAIME CORTESÃO, *Los Portugueses, in Historia de América y de los pueblos americanos*, dirig. por A. BALLESTEROS y BERETTA, tomo ni, Barcelona, 1947, pp. 521-556. Sobre o assunto ver também: A. J. COSTA PIMPÃO, *A historiografia oficial e o sigilo sobre os descobrimentos*, in *Primeiro Congresso da Hist. da Expansão Port. no Mundo*, 1.^a Secção, vol. II, pp. 201-231; DAMIÃO PERES, *Política de sigilo*, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. II, Lisboa, 1939, pp. 17-21.

⁽⁴²⁾ *America*, t. I, p. 216.

⁽⁴³⁾ *Ibid.*, p. 221.

⁽⁴⁴⁾ *Ibid.*, p. 223.

⁽⁴⁵⁾ Sobre variados aspectos da influencia portuguesa no Oriente podem ver-se, entre muitas outras, as seguintes obras: DAVID LOPES, *A expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos xvi, xvii e xvm*, Barcelos, 1936; GERMANO CORREIA, *Os Lusos Descendentes da Índia*, s. 1. n. d., e *História da colonização portuguesa na Índia*, 5 vols., Lisboa, 1948-1954; P. PISSURLENCAR, *Os portugueses ñas literaturas indianas dos séculos xvi, xvii e xvm*, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 73.^a, 1955, pp. 367-383; *Portugal na Índia, na China e no Japão. Relações artísticas* (Catálogo da 15.^a

Reduzir a expansão portuguesa a simples tarefa de mercadores, esquecendo o seu aspecto espiritual, é deformá-la e, por isso mesmo, renunciar a compreendê-la. A melhor resposta às afirmações do historiador argentino encontramos-na numa conversa de dois antigos missionários portugueses de Singapura com o eminente sociólogo brasileiro Gilberto Freire, que a relata do seguinte modo: «Falam-me longamente das populações cristãs e portuguesas de Malaca: há séculos separadas politicamente de Portugal, mas fiéis à cultura lusitana. Que eu não deixe de as visitar. Aos «comunistas» cu «nacionalistas» de Singapura não se referem com ódio, mas com compreensão. Acentuam que, contra os cristãos portugueses, esses «comunistas» são incapazes de praticar calculadamente qualquer mal. A sua aversão, como a de outros orientais, é aos ingleses e aos holandeses. Ê aos europeus duramente imperialistas. Para eles, a gente portuguesa não é imperialista, mas cristã: e a sua revolta é contra os europeus imperiais» ⁽⁴⁶⁾. Levillier não viu esta diferença entre a expansão portuguesa e as de outros povos e por isso as considerou *idênticas*. Pensamos que teria vantagem em estudar com cuidado o assunto, reflectindo, ao mesmo tempo, sobre esta verificação de Gilberto Freire: «Enquanto os ingleses, na índia por eles dominada, apenas conseguiram marcar a superfície das paisagens, dos seus ritos sociais, os portugueses descenderam a profundidades de influência que nenhum outro europeu parece ter atingido até hoje no Oriente» ⁽⁴⁷⁾.

Não podemos alongar demasiadamente estas notas de carácter geral sobre *América la bien llamada*, pois temos de apreciar ainda a tese fundamental do livro. Mas não queremos terminar sem desfazer mais um equívoco ou ilusão de Roberto Levillier: a da sua pretensa imparcialidade. De nada serve proclamar: «El ansia que nos anima no procede de *filias o fobias*» ⁽⁴⁸⁾; ou ainda: «Nosso livro

exposição temporária do Museu Nacional de Arte Antiga), Lisboa, 1954; A. A. MENDES CORRÊA, *A cultura portuguesa na África e no Oriente*, in *Atas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Baltimore, 1953, pp. 33-50; L. NORTON, *os portugueses no Japão (1543-1640)*, Lisboa, 1952.

⁽⁴⁶⁾ *Aventura e rotina*, Lisboa, s. d., p. 141.

⁽⁴⁷⁾ *Ibid.*, p. 276. Sobre a presença de Portugal na Índia, incluindo a União Indiana, ver as interessantes páginas do mesmo autor: *ibid.*, pp. 262-300. Acerca da influência portuguesa em Malaca, ainda em nossos dias* ver: BARRA-DAS DE OLIVEIRA, *Roteiro do Oriente*, Lisboa, 1954.

⁽⁴⁸⁾ *El Nuevo Mundo*, p. 53.

foi escrito sem prejuízo de qualquer natureza, repudiando, de passagem, as teses deformadas por paixões nacionalistas» ⁽⁴⁹⁾. De nada serve também fazer grandes elogios ao Infante D. Henrique, a D. João II, mesmo a Portugal, «ese pequeño pueblo (...) tan esforzado y heroico» ⁽⁵⁰⁾. Belas palavras, mas nada mais que palavras ! Qualquer leitor atento e com um pouco de espírito crítico facilmente neta os intuitos do Autor relativamente à expansão portuguesa e à sua importância histórica.

Se fosse necessária uma confirmação insuspeita desta conclusão, sem dificuldade a encontraríamos nas páginas muito elogiosas que um autor espanhol escreveu acerca de *America la bien llamada* ⁽⁵¹⁾. Depois de dizer que Portugal, em matéria de história dos Descobrimentos, tem produzido obras de elevada categoria científica e difíceis de superar, embora esta meritória actividade seja prejudicada pelo «acre tono de extremado nacionalismo que le informa, casi sin excepción», lembra que tem sido discreta a atitude dos historiadores espanhóis a este respeito, mas que «el Sr. Levillier actúa más valientemente y polemiza con energia». Além disso, «su sentido hispánico se manifiesta asimismo en otros detalles...». A propósito da suposta viagem de Duarte Pacheco ao Brasil em 1498, «vapulea el célebre «sigilo» tan invocado por los portugueses en demasia(...)». Asimismo arremete contra la ponderada superioridad científica portuguesa...».

Não há dúvida que os termos usados são sugestivos: *polemiza con energia... vapulea... arremete...* Interessante é também a conclusão do mesmo autor segundo a qual se deve manifestar satisfação ao Sr. Levillier «por la brillante, sólida y corajuda defensa de España que informa el espíritu de la obra».

Temos assim mais um valioso elemento para apreciar convenientemente a indignação do estudioso argentino contra a «pasión nacionalista» de historiadores portugueses e particularmente de Aires do Casal e Santarém, a quem chama — entre outras coisas amáveis — «esos *saboteadores* resueltos a revolver, desfigurar o

(49) A propósito de Vespúcio. Crítica ou sabotagem?, in Revista de História, São Paulo, n.º 16, p. 385.

⁽⁵⁰⁾ *America*, t. I, p. 226.

⁽⁵¹⁾ O autor é RAMÓN EZQUERRA, do Instituto «Gonzalo Fernández de Oviedo», e as palavras encontram-se no folheto, já citado, publicado pela Editorial G. Kraft.

excluir hechos con tal de procurar prioridades a su patria», acrescentando que «conviene estigmatizar sus obras» ⁽⁵²⁾. Mas será conveniente, nesse caso, estigmatizar ainda outras, especialmente a de um autor cuja tese sobre a viagem de 1501-1502 comporta — segundo ele próprio confessa — «una lluvia de ataques a lo tradicional», a ponto de pensar que possam considerá-lo como um «cismático que viene a revolver la historia». Apesar de dizer que «no es menester que el precursor haga de su tesis un apostolado», já publicou, pelo menos, quatro estudos em continuação ou em defesa de *America la bien llamada*, achando «patriótico difundir en los colegios y los textos de todos los ámbitos del país» ⁽⁵³⁾.

A circunstância de não ser português, nem espanhol, nem italiano, parece que devia, em principio, facilitar um estudo imparcial dos Descobrimentos e particularmente da questão de Vespúcio. Infelizmente não sucedeu assim e o próprio Autor nos diz porquê: «Tenemos en esta litis secular una acción de herederos directos...» ⁽⁵⁴⁾. É quanto basta para o leitor ficar elucidado sobre o espírito que anima a obra de Roberto Levillier.

II

Vespúcio e o Rio da Prata

A) —A ARGUMENTAÇÃO DE LEVILLIER

Quase todo o tomo n de *America la bien llamada* é dedicado à exposição e defesa da tese segundo a qual o Rio da Prata e a costa da Patagónia, até cerca de 45° de lat. S., foram descobertos por Américo Vespúcio, comandando a expedição portuguesa de 1501-1502. Verdadeiramente a ideia não é nova em todos os seus aspectos e Levillier é o primeiro a recordar que ela já aparece em vários autores desde o século xvi. No entanto, não se passou de indícios, conjecturas e hipóteses, faltando a prova decisiva, pois «suponer no es probar». O historiador argentino pensa oferecer neste trabalho

⁽⁵²⁾ *America*, t. I, pp. 141-148.

⁽⁵³⁾ *El descubrimiento del río de la Plata y la Patagonia, in Argentina Austral*, n.º 256, p. 4.

⁽⁵⁴⁾ *El Nuevo Mundo*, p. 55.

«la prueba decisiva del descubrimiento, con una rectificación de la toponimia, de la configuración costera y a veces de la cronología de los mapas, rectificación que altera radicalmente las interpretaciones» dos seus predecessores ⁽⁵⁵⁾. Apoia-se esta prova na cartografia sul-americana do século xvi, distribuída por quatro períodos cronológicos.

No primeiro período (1502-1516), aparecem os nomes de Rio Jordão e Rio Cananor; no segundo (1515-1522), aparece o Rio Cananeia; no terceiro (1522-1536), o Rio Cananeia, o Rio Jordão e o Rio Cananor; no quarto (1536-1590), o Rio da Prata substitui definitivamente o Rio Jordão e depois o rio e a baía de Camarones substituem o Rio Cananor. É importante notar que, em todos esses mapas, Rio Cananeia, Rio Jordão e Rio Cananor estão aproximadamente em 25, 35 e 45° de latitude austral, Rio Cananeia perto de S. Vicente, Rio Jordão perto do cabo de Santo Antonio e depois do cabo de Santa Maria, e Rio Cananor na costa patagônica. Entre 1590 e 1593, o Rio de Camarones substituiu o Rio Cananor, perceptível nos mapas desde 1502 até 1590, em 45, 46 ou 47°. «Esto significa necesariamente que desde el año de 1502 estaba descubierta la costa *hasta esa latitud*, o sea 45, 46 ó 47° S.». Quanto ao Rio da Prata, vemos que substitui em 1536 o Rio Jordão, perceptível nos mapas desde 1502 em 35-37°, de modo que «*desde ese año* estaba también descubierto y bautizado ese río».

O termo *Cananeia* aparece em 1514 ou 1515 e continua até à actualidade na sua latitude de 25°. «El error trascendental de los comentaristas fué creer que el Río Cananor, em 45°, trece años anterior en los mapas a Río Cananea, *no existía*, y que era *Río Cananea mal escrito*...!» Com essa confusão, detinham os descobrimentos em Cananeia (25°), em vez de admiti-los até Cananor, em 45, 46, ou 47°, e simultaneamente duvidavam das cartas de Vespúcio, que aludiam a 50° de latitude austral.

Levillier passa em seguida a fazer a prova desta exposição antecipada, começando por analisar os mapas e globos que inclui no primeiro período: King-Hamy (1502), Kunstmann II (1502), Pesaro (1502), Canerio (1502), Cantino (1502), os quatro Waldseemüller (1506, 1507, 1513 e 1516), Ruysch (1508), Silvano de Eboli (1511), Stobnicza (1512), Lenox (1511), Piri Reis (1513) e

⁽⁰⁵⁾ *America*, t. II, p. 5.

Reisch (1515). A análise destas cartas permite — segundo o historiador argentino—descobrir nelas um conteúdo não divulgado até ao presente, «o sea una verdad radicalmente opuesta al error secular generalizado». Trata-se dos seguintes elementos:

1) Um amplo estuário *sem nome*, por 35° de latitude, isto é, à altura do cabo da Boa Esperança, em King-Hamy, Pesaro, Waldseemüller (1506), Silvano e Piri Reis.

2) Um amplo estuário *com o nome de Rio Jordão* à altura do cabo da Boa Esperança, ou seja 35°, em Kunstmann II, Canerio e Waldseemüller (1507, 1513 e 1516).

3) A presença, ao norte do Rio Jordão, em várias cartas, de *Pinachullo Detentio*.

4) A presença, ao sul do Rio Jordão, em várias cartas, do *Rio de Santo António*.

5) A presença ao sul do Rio de Santo António, em várias cartas, dos *portos de S. Vicente e S. Sebastião*.

6) A presença ao sul do Rio de Santo António do *Rio de Cananor*, o qual termina *sempre*, nas cartas em que figura, a nomenclatura da costa oriental.

Destes dados se conclui, segundo Levillier:

1) Que o estuário sem nome, à altura do cabo da Boa Esperança (35°), assim como o que tem o nome de Rio Jordão, à mesma altura, é o *Rio da Prata*.

2) Que *Pinachullo Detentio*, pela sua constante posição e nome, prova ser o Cerro de Montevideu, e o Rio de Santo António, que depois se transformará em cabo de Santo António, é o conhecido cabo ao sul do Rio da Prata.

3) Que o Rio Cananor representa o extremo meridional alcançado, aparecendo em quase todas as cartas deste período na latitude de 45, 46, ou 47°.

4) Que S. Sebastião e S. Vicente (em 23° 55' e 24° 10') foram colocados equivocadamente em 36° e 37° em vários mapas, o que contribuiu para fazer crer aos comentadores modernos que estavam a ver a baía do Rio de Janeiro e a região adjacente, quando na realidade tinham sob os olhos a região do Rio da Prata.

Por outro lado, a jurisdição de Portugal, de acordo com o tratado de Tordesilhas, terminava em 25° de latitude S., no ponto que foi chamado mais tarde Cananeia.

Este último nome é o terceiro elemento da prova de Levillier

e constitui o eixo do segundo período (1515-1522). Nenhum dos mapas do anterior menciona Cananeia, que em compensação aparece em todos os do segundo período, menos um. Apresentam também outra característica comum: não levam a nomenclatura até Cananor (45-47°), alcançando apenas Cananeia (25°), ou o cabo de Santa Maria (35°), ou um pouco mais ao sul.

A Kunstmann III, geralmente considerado de 1502-1506, atribui Levillier a data de cerca de 1515, tendo em conta a forma e extensão da costa e também a nomenclatura. Nomes como *Cananeia*, *Cabo de Santo Agostinho*, *Cabo Frio* e *Rio das Ostras*, estão ausentes de todas as cartas de 1502-1516. Em compensação, estas designações aparecem em Kunstmann III e todas ou algumas delas noutras cartas do mesmo período. Cabo Frio, Cananeia e Cabo de Santa Maria seriam nomes postos a acidentes da costa sul-americana pela expedição portuguesa de 1513-1514, armada por D. Nuno Manuel e Cristóvão de Haro e talvez pilotada por João de Lisboa.

Em nenhum destes mapas vemos o nome de *Rio Jordão* aplicado ao Prata; o estuário deste aparece por vezes, mas sem qualquer designação.

Além de Kunstmann III (1515 ?), estão incluídos no segundo período: Francisco Rodrigues (1515 ?), Globos de Schöner (1515 e 1520), Globo Verde de Paris (1515-1520), Jorge Reinei (1518 ?), Maggiolo (1519) e Pedro Reinei (1519-1522). Maggiolo colocou em volta de Cananeia, no Brasil, os nomes que nos mapas primitivos acompanhavam Cananor: Pinachullo Detentio, Rio Jordão e Rio de Santo António. Foi o primeiro cartógrafo a admitir a errônea equivalência Cananor-Cananeia, sem ser o último, pois a confusão volta a aparecer no mapa de Turim (1523) e no segundo de Maggiolo (1527). «Los tres forman un nuevo bloque de trasposiciones».

Os mapas do terceiro período (1522-1536) apresentam os três rios, quase sempre a 10° de distância uns dos outros. Às vezes aparece Cananeia e ao sul o Jordão, outras vezes Cananeia e Cananor; mas na maioria dos casos figuram os três em 25, 35 e 45° de latitude austral. «Es la prueba decisiva de que el Río Cananor existía independientemente del Río Cananea, y ésta a su vez confirma la deducción de que el Río Jordán, situado entre ambos, y coincidente en latitud con la punta terminal de Africa, era el Río de la Plata». Estão incluídos neste período os mapas de Pigafetta (1522), Turim

(1523), Castiglione (1526-27), Salviati (1526-27), Diogo Ribeiro (1527 e dois de 1529), Maggiolo (1527), Caboto (publ. em 1544), Verrazzano (1529), Wolfenbüttel (1530 ?) e mais algumas cartas e globos secundários.

No quarto período (1536-1590), o nome de *Jordão* desaparece e cede o seu lugar na cartografia ao *Rio da Prata*. «La prueba es concluyente. Nuestro río era conocido desde 1502...» O mapa do italiano B. Agnese (1536) é o primeiro a usar a denominação *Rio da Prata*. A configuração do estuário é idêntica à do Jordão dos mapas anteriores, como análoga é a latitude de 35-36°, o que revela que o rio se chamou primeiro Jordão e depois Prata. «Antes se supuso, pero no se probó. Ahora lo sabemos a ciencia cierta».

Os mapas dos quatro períodos permitem, segundo Levillier, formular a seguinte conclusão: Em 1501-1502, uma expedição percorreu toda a costa do Brasil desde o cabo de S. Roque, descobriu o R. da Prata (35°), a que chamou *Jordão*, o Cerro de Montevideu, a que pôs o nome de *Pinachullo Detentio*, o R. de Santo António, que deu o nome ao cabo (por 36°), e prosseguiu na mesma derrota possivelmente até à vizinhança dos 50°, sendo o último rasto da sua passagem a designação de *Cananor* dada a um rio que os cartógrafos geralmente colocam por 45-47° de latitude. «Por consiguiente, eran conocidos el Plata, el Cerro y asimismo el litoral de Terra Argentina y la Patagonia, desde 1502. Corresponde a Vespucio el título de descubridor, pues él recibió desde 25° 35' con el comando, la facultad de elegir el rumbo» ⁽⁵⁶⁾.

Analisada a cartografia, passou Levillier a estudar o problema da autenticidade das cartas atribuídas a Vespúcio ⁽⁵⁷⁾, e este trabalho levou-o por fim à convicção «de que las seis cartas con sus errores, vaguedades y enigmas son documentos de autentico origen vespuciano» ⁽⁶⁸⁾. A combinação das cartas com os mapas permite urna «nueva versión del tercer viaje», que é a mesma acima referida, com acrescentamento de alguns pormenores. Vespúcio teria comandado a armada desde 25° 35' até urnas 20 léguas ao sul de Cananor, e deste modo «deben atribuirse a él los descubrimientos en ese trecho del

⁽⁵⁶⁾ *America*, t. II, p. 4-240.

⁽⁵⁷⁾ *Ibid.*, pp. 273-288.

⁽⁶⁸⁾ *El Nuevo Mundo*, p. 55.

litoral...» Ao famoso florentino pertenceria portanto o título de descobridor do Rio da Prata, do Cerro de Montevideu e da costa da Patagónia (59). Tal é a tese fundamental de Levillier, que procurámos resumir com toda a fidelidade possível, usando muitas vezes as próprias palavras do Autor.

Não há dúvida que a argumentação do historiador argentino tem qualidades para impressionar: clareza, habilidade dialéctica, lógica aparente e o apoio de uma imponente colecção de reproduções cartográficas, desenhos, quadros e gráficos de vária natureza. Caracteriza-se ainda pelo tom categórico e por aquilo a que podemos chamar «desenvoltura afirmativa» (60), que muitas vezes, para leitores superficiais, supre muito bem a falta de provas ou não deixa ver as deficiências destas.

Logo no prólogo de *America la bien llamada* escreve Levillier que a prova do descobrimento do litoral argentino e do Rio da Prata em 1501-1502 «es irrecusable». E insiste: «He pesado cuidadosamente el adjetivo; es exacto, y el lector no quedará frustrado, ni mi aserto desmentido» (61)- Mais tarde voltará a falar de «provas irrefragáveis» (62). A prova da identificação Rio Jordão-Rio da Prata é «materialmente incontestável» (63), «inflexible, implacable y definitiva» (64), e a da autonomia de Cananor relativamente a Cananeia é «absoluta y definitiva» (65). Em suma: tudo claro, perfeito, incontestável, absoluto e definitivo... Pensará Levillier que, deste modo, consegue convencer mais facilmente e «suscitar nuevas adhesiones» para a sua tese? O que sucede é que o leitor com um pouco de espirito crítico é levado naturalmente a desconfiar, e, ante a bela construção do estudioso argentino, tão completa, tão perfeita, recordará por certo as palavras de H. I. Marrou a propósito de certas «hypotheses larges», úteis mas perigosas: «par leur simplicité consolante, leur clarté aveuglante, elles finissent par émousser l'aptitude de l'historien à voir la réalité dans son authentique et irritante multi-

(59) *America*, t. II, pp. 322-337.

(60) A expressão é de LEVILLIER, que a aplica a um historiador portugueses (Cfr. *America*, t. I, p. 154).

(61) *America*, t. I, Prólogo, p. xxm.

(62) A propósito de Vespúcio, in *Rev. de História*, n.º cit., p. 385.

(63) *Ibid.*, p. 388.

(64) *La opinión de Duarte Leite*, p. 6.

(65) *Ibid.*, p. 8.

plicité» ⁽⁶⁶⁾. A realidade é complexa e nem sempre se sujeita aos quadros que lhe pretendem impor.

A) — CRÍTICA DA TESE DE LEVILLIER

a) *Ponto de Partida* — Uma apreciação completa da tese fundamental de *America la bien llamada* exigiria, a rigor, o estudo minucioso da cartografia quinhentista, com os seus problemas de autoria e data, e o da autenticidade da célebre correspondência atribuída a Vespúcio. São questões sobre as quais os historiadores não chegaram ainda a acordo. Esse estudo, porém, daria ao nosso trabalho proporções incompatíveis com o espaço e o tempo de que podemos dispor neste momento. Como, por outro lado, a discussão só é útil quando há uma base comum, aceitaremos, a título de hipótese, os autores e datas propostos por Levillier para os mapas que utiliza ⁽⁶⁷⁾ e a autenticidade de todas as cartas que se diz terem sido escritas pelo Florentino. Esperamos mostrar assim com maior nitidez a inconsistência da tese que vamos apreciar.

b) *Rio Jordão e Rio da Prata* — Notemos, antes de mais, o que há de perigoso em pretender tirar provas absolutas e definitivas da cartografia sul-americana dos princípios do século xvi, cheia de erros e fantasias. Tal atitude é de surpreender num Autor para quem «erraban tanto los cartógrafos en materia de alturas y longitudes» ⁽⁶⁸⁾, e que não hesitou em escrever: «En las cartas de 1502, las más antiguas que conozcamos, no existen elementos que los cartógrafos no hayan trastrocado, así latitudes como longitudes, extensión de costas y colocación de nombres, debiéndose el hecho a varias causas, que deben apreciarse en cada caso, y que condicionan su credibilidad, su fecha y su importancia» ⁽⁶⁹⁾.

Realmente, ao estudarmos essas cartas, encontramos grandes erros na latitude e longitude dos acidentes da costa americana, notando-se em especial, com muita frequência, a deslocação desses acidentes no sentido meridional. Para a conveniente apreciação da tese de Levillier esta verificação é importantíssima e por isso daremos alguns exemplos.

⁽⁶⁶⁾ *De la connaissance historique*, Paris, 1954, p. 192.

⁽⁶⁷⁾ Com uma excepção, que adiante indicaremos e justificaremos.

⁽⁶⁸⁾ *America*, t. II, p. 8.

⁽⁶⁹⁾ *Ibid.*, p. 7.

Ê sabido que a Baía de Todos os Santos está em 13° de lat. S; no entanto, vemo-la a 17° em Canerio, a 15° em Cantino e a 16° em Waldseemüller (1516). No Waldseemüller de 1507, o erro é superior a 10° — pois o trópico de Capricórnio passa pela Baía — e é ainda maior em Schöner, onde vemos aquele lugar em 25-26°, ao sul do trópico !

O Monte Pascoal — primeiro ponto da terra brasileira avistado em 1500 pela frota portuguesa descobridora — está em 16° 53', mas aparece à lat. de 23° em Canerio, 35° (?) em Pesaro, cerca de 25° no Waldseemüller de 1507, 23° no de 1513 e 22° no de 1516; bastantes anos depois, ainda o vemos em 22° nos mapas de Oroncio Fineo (1531 e 1536) e no Globo Dourado de Paris (1535).

A Angra dos Reis (23° 10') encontra-se à latitude de 35° (?) em Kunstmann II (70), 32-33° em Canerio, cerca de 39° no Waldseemüller de 1507, 25-26° em Ruysch (1508), 30° no Waldseemüller de 1516, 17-18° em Kunstmann III, 18° 30' em Maggiolo (1519), 23-24° no mapa de Turim (1523).

S. Sebastião e S. Vicente (23° 55' e 24° 10') surgem-nos, com frequência, deslocados para o sul 10°, e às vezes mais, de tal modo que Levillier, não podendo ignorar este facto, se vê obrigado a falar de *transposição*, quando o que há, na realidade, é um excessivo prolongamento da costa americana no sentido meridional, com o consequente aumento da latitude dos seus acidentes.

A conclusão é óbvia: ainda que o Rio Jordão aparecesse sempre, na cartografia primitiva, em 35°, isso não significaria *necessariamente* que ele se identificava com o Prata. Acontece, porém, que o Jordão não está sempre à mesma latitude, o que enfraquece ainda mais o argumento de Levillier. Assim, em King-Hamy (1502), vemos um golfo sem nome em 25-27°, prolongando-se a costa até 33° (71). No mapa de Pesaro, o mesmo golfo inominado está

(70) A latitude indicada é a adoptada por LEVILLIER, com base, certamente, na altura do cabo da Boa Esperança. Pode pôr-se em dúvida a sua exactidão, porque o mapa não tem escala de latitudes. (Cfr. DUARTE LEITE, *A exploração do litoral do Brasil na cartografia da primeira década do aéc. xvi*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, Porto, 1923, pp. 397, 434).

(71) São as latitudes dadas pela escala da carta. Desprezando talvez esta escala e guiando-se pela altura do cabo da Boa Esperança, LEVILLIER diz que há um estuário em cerca de 30° e que a costa se prolonga até 40°, o que é errado (*America*, t. II, p. 8).

em 35-37°, aparecendo também em Silvano e Lenox na latitude de 35° e no Waldseemüller de 1506 em 33°. Quanto ao rio com a designação de Jordão, ora nos surge em 35° (?) (Kunstmann II), ora em 33-34° (Canerio), ora em 40° (Waldseemüller, 1507), ora em 27° (Ruysch), ora em 32° (Waldseemüller, 1516).

Não podendo negar a evidência e sentido que as incertezas e erros dos cartógrafos dificultariam a aceitação da sua tese, Levillier teve uma ideia salvadora: para identificar os lugares imprecisos ou inominados dos planisférios preferiu, às graduações de latitude, a coincidência da altura de esses lugares com a de outros pontos de latitude conhecida, embora noutro continente, e a reiteração de essa coincidência através da cartografia do tempo ⁽⁷²⁾. Descobriu então que o paralelo do cabo da Boa Esperança (35°) passa pelo estuário do Prata, e isto foi o ponto de partida que lhe «abriu o caminho» e lhe «serviu de guia no labirinto de conceitos divergentes e dúvidas que cercavam o problema» ⁽⁷³⁾. Não tardou a concluir, ingênua - mente, «que cualquier mapa primitivo con un golfo sin nombre en esa altura, o con cualquier otro nombre como Rio Jordán, por ejemplo, representaba fatalmente (*sic*) por su latitud, el Río de la Plata» ⁽⁷⁴⁾. Que essa coincidência de latitudes é um facto sabemos-lo nós *hoje* muito bem; mas sabê-lo-iam os cartógrafos dos principios do século xvi? E isso é que interessa.

Já vimos que nem sempre o R. Jordão aparece em 35° e podemos agora acrescentar que o mesmo sucede com o cabo da Boa Esperança na cartografia primitiva ⁽⁷⁵⁾. Portanto, em vez de fazer comparações ilusórias, será preferível estudar as identificações duvidosas com o auxílio das certas, tendo sempre em conta o conjunto da nomenclatura em que essas designações se integram. Levillier não seguiu esta norma, ou só a seguiu na parte que lhe convinha, resultando daí que o seu critério leva a conclusões extraordinárias, como veremos.

Em seu entender, os três nomes que devem ser utilizados para a

⁽⁷²⁾ *America*, t. II, p. 7.

⁽⁷³⁾ *A propósito de Vespúcio*, in *Rev. de História*, n.º 16, p. 408. Cfr. *El Nuevo Mundo*, pp. 40-41; *El descubrimiento del rio de la Plata y Patagonia*, pp. 7 e 10.

⁽⁷⁴⁾ *El Nuevo Mundo*, p. 41.

⁽⁷⁵⁾ Também Vespúcio atribui ao Cabo a latitude de 33°, como se vê na sua carta de 1501 (*El Nuevo Mundo*, p. 130).

prova são *Rio Cananeia*, *Rio Jordão* e *Rio Cananor*, «Ellos bastan, — explica — mas nos ha parecido conveniente tomar también en cuenta Pinachullo Detentio, Rio de San Antonio y más tarde Cabo de Santa María, porque son puntos que al aparecer constantemente en las mismas latitudes sirven de puntos de referencia y localizan a los demás» (70).

Ora, o Cabo de Santa Maria só começa a aparecer nos mapas em 1518 e portanto não tem interesse para o estudo dos que pertencem ao primeiro período (1502-1516).

Pinachullo Detentio (que nem sempre encontramos escrito exactamente deste modo) é uma denominação estranha, mas que deve aplicar-se a algum alto monte que impressionou os navegadores que o avistaram. Aparece um pouco ao norte do Rio Jordão e é quanto basta para Levillier pretender identificá-lo com o Cerro de Montevideu: simples conjectura sem qualquer fundamento sério, tanto mais que Montevideu está ao norte do Prata, mas *junto à margem deste*, o que não sucede com Pinachullo Detentio relativamente ao Jordão (77).

Também não é evidente e isenta de dúvidas a identificação do Rio de Santo António, ao sul do Jordão, com o actual Cabo de Santo António, no extremo meridional da foz do Prata. Na verdade, em cartas de 1505-1520, aparece sempre o *rio* (nunca o *cabo*), destacando-se bem do Jordão e quase sempre 1º ao sul deste. Desaparece em 1520, e em 1526 surge então o *Cabo de Santo António*, mas como limite meridional do estuário do Prata e não afastado dele (78). Logo, não está claramente provado que rio e cabo tenham a mesma localização.

(76) ***America*, t. II, p. 15.**

(77) No mapa de Turim (1523), a expressão *Pinachullo Detentio* aparece traduzida por o *pináculo da tantaça*. LEVILLIER diz que não pode significar tal coisa, «por carecer esa traducción de sentido común» (*America*, t. ii, p. 91). Talvez a tradução seja discutível, mas não carece de sentido. Esse nome constitui clara alusão ao episódio da tentação de Jesus pelo demónio sobre o pináculo do templo de Jerusalém (*pinnaculum templi*), narrado nos Evangelhos de S. Mateus e S. Lucas (Mat., iv, 5-7; Luc., iv, 9-12). Esta interpretação está inteiramente de acordo com os costumes do tempo. Note-se ainda como seria pouco verosímil e mesmo bizarro o emprego da invulgar palavra *pináculo*, se não se quisesse atribuir a esta um sentido especial e preciso (Cfr. DUARTE LEITE, *ob. cit.*, p. 434).

(78) Cfr. *La opinión de DUARTE LEITE*, p. 7.

Em vez de utilizar para a sua prova nomes de difícil identificação, poderia Levillier ter tomado em conta outros mais conhecidos e que, «al aparecer constantemente» nos mais antigos mapas, permitem determinar, ao menos aproximadamente, a localização dos duvidosos. É o caso de Porto Seguro, Monte Pascoal, Serra de S. Tomé, Rio dos Refens, Baía dos Reis, S. Sebastião e S. Vicente.

Percebendo que a posição destes dois últimos nomes, ao sul do Jordão, é ruínosa para a sua tese, o historiador argentino procura convencer-nos de que sofreram uma *transposição*, quando o que realmente há, conforme já vimos, é o erróneo prolongamento da costa para o sul, com o consequente aumento das latitudes. A que-rrermos adoptar o ponto de vista de Levillier, teremos então de admitir que os cartógrafos *suprimiram* cerca de 2.000 Km. de costa ao colocarem a Angra ou Baía dos Reis perto do Jordão, sem falar do mapa de Pesaro, onde o Monte Pascoal aparece imediatamente antes do suposto Rio da Prata !

Se o autor de *America la bien llamada* tivesse estudado, na primitiva cartografia, a posição relativa do R. Jordão e de outros pontos bem conhecidos da costa americana, não estranharia tanto que aquele rio seja considerado como fazendo parte do Brasil. E se é necessária uma prova absoluta e definitiva, — para usar a terminologia de Levillier — aqui a apresentamos: o grande golfo que o Autor diz ser o Rio da Prata, umas vezes sem nome e outras com o de Jordão, *nunca é, na realidade, designado deste modo nos mapas do primeiro período*. O suposto estuário do Prata tem um nome bem claro: Baía dos Reis ! Distinto desta, um pouco mais ao sul, o Jordão não passa de um pequeno rio da costa brasileira, talvez o Mambucaba, como sugeriu Duarte Leite ⁽⁷⁹⁾. Levillier, que tentou ridicularizar a identificação proposta pelo professor português, deverá agora reconhecer que «os mapas não são visões ou entes abstractos, mas realidades, e as fantasias se estraçalham contra eles...» ⁽⁸⁰⁾. A sua construção baseia-se portanto num equívoco. Qualquer pessoa poderá verificar o que afirmamos consultando as reproduções cartográficas que se encontram em *America la bien llamada*, e até o eminente historiador argentino não deixará, por certo, de reconhecer lealmente o seu engano, pois que o vemos pro-

⁽⁷⁹⁾ *Ob. cit.*, p. 434.

⁽⁸⁰⁾ **A propósito de Vesúcio, in *Rev. de História*, n.º 16, p. 423.**

clamar: «Bem-vinda seja a verdade histórica, venha de onde venha» ⁽⁸¹⁾.

A isto poderá ainda objectar-se que nos temos referido quase exclusivamente aos mapas do primeiro período e que a prova de Levillier abrange quatro, sendo o conjunto «indivisible e inseparable como la demostración de un teorema» ⁽⁸²⁾. Vejamos, pois, o que nos dizem essas cartas dos três últimos períodos cronológicos.

Em vários mapas e globos do segundo período (1515-1522) encontramos — agora sem a mínima dúvida — o estuário do Prata, descoberto pela expedição portuguesa de 1513-1514, logo seguida pela espanhola de 1515-1516 ⁽⁸³⁾. Contudo, neles se nota uma coisa estranha: em nenhum vemos o grande rio americano com o nome de *Jordão*. Se, como pretende Levillier, o estuário foi descoberto e baptizado em 1502 e o seu nome aparece na cartografia até 1516, é incompreensível o *esquecimento* dos mapas do segundo período, tanto mais inexplicável quanto é certo que, por esta época, estiveram no Prata quatro armadas, pelo menos: a organizada por D. Nuno Manuel e Cristóvão de Haro, a de Solis, a de Cristóvão Jacques e a de Magalhães. O próprio Levillier vê-se obrigado a confessar: «Lo extraño es entonces que el río Jordán, o de Solis, haya sido omitido en su justo lugar. Tenemos aquí un misterio que carece de interpretación siquiera plausible» ⁽⁸⁴⁾.

Ê bem certo que «no hay peor ciego que el que no quiere ver» ⁽⁸⁵⁾. O Jordão do primeiro período cartográfico não era o Prata, mas sim um rio do Brasil. Se é necessária uma contra-prova, consultemos o mapa de Maggiolo (1519): aí vemos o Rio Jordão em pleno Brasil (20° de lat. S) e até um pouco deslocado para o norte da sua verdadeira posição.

⁽⁸¹⁾ *Ibid.*, p. 385.

⁽⁸²⁾ **La opinión de DUARTE LEITE, p. 6.**

⁽⁸³⁾ Nos globos de Schöner (1515 e 1520) e no Globo Verde de Paris (1515-20) aparece com a forma de um canal para o Pacífico, por influência da *Newen Zeitung*, onde se relata a expedição portuguesa de 1513-1514. (Cfr. *História da Coloniz. Port. do Brasil*, t. II, p. 385-386). A existência dessa ideia errónea é confirmada por PIGAFETTA, companheiro e cronista de MAGALHÃES, quando escreve: «Antes se creía que no era un río, sino un canal por el cual se pasaba al mar del Sur; pero pronto se supo que no era más que un río...» (*Primer viaje en torno del globo*, 3.ª ed., Buenos Aires, 1946, p. 55).

⁽⁸⁴⁾ *America*, t. II, p. 72.

⁽⁸⁵⁾ **El descubrimiento del río de la Plata y la Patagonia, p. 8.**

Trata-se de uma transposição — explica Levillier — ou, mais precisamente, «un nuevo bloque de trasposiciones», pois encontramos em volta de Cananeia, não só o Rio Jordão, mas também *pináculo detendo* e o Rio de Santo Antonio. Mas a explicação não convence, porque a atestar a exacta posição relativa do Jordão lá estão vários nomes que vêm das cartas de 1502: Monte Pascoal, Rio dos Refens, Baía dos Reis, sem falar de outros mais recentes, mas de localização bem conhecida, como o Cabo Frio e o Rio de Janeiro (escrito *Rio de iaceo*).

Por último, a aceitarmos a tese de Levillier, e a admitirmos, portanto, que a costa oriental sul-americana estava descoberta desde 1502 até 45-47° de lat. S, teremos então de concluir que, entre 1516 e 1522 há um aparente *retrocesso* no conhecimento daquela costa, pois durante este período só a vemos desenhada nos mapas até 25°, 35°, ou um pouco mais ao sul ⁽⁸⁶⁾. Apesar dos seus esforços, o historiador argentino não consegue explicar mais este estranho *mistério* provocado pela sua tese... Em vez de misteriosos e absurdos retrocessos, preferimos admitir um progresso no conhecimento das latitudes da América meridional.

Como acabamos de ver, a cartografia do segundo período não favorece (antes pelo contrário) a identificação do Rio Jordão com o Rio da Prata, mas a do terceiro parece fornecer uma prova conclusiva à tese de *America la bien llamada*. Na verdade, entre 1523 e 1536, encontramos em bastantes cartas um Rio Jordão que é — desta vez sem sombra de dúvida — o Rio da Prata. Terá então razão Levillier ?

Pensamos que não e a explicação do caso está, a nosso ver, no mapa chamado de Turim (1523). Sentindo o *perigo* que ele constituiu para a sua tese, o escritor argentino faz-lhe um ataque em forma e chega a dizer, com um bocadinho de exagero, que «todo se encuentra dislocado, fuera de lugar en longitud y latitud en el mundo entero» ⁽⁸⁷⁾.

Nada nos custa reconhecer, até porque é evidente, que o mapa tem grandes desacertos e deficiências. Tão grandes — acrescentamos agora — que chega a dar o nome de Jordão ao Rio da Prata, sendo o primeiro a cometer tal erro. A prova do engano é-nos for-

⁽⁸⁶⁾ Cfr. *America*, t. II, pp. 53-54.

⁽⁸⁷⁾ *Ibid.*, p. 87.

necida pela própria carta ao apresentar simultaneamente o Jordão no seu verdadeiro sítio (cerca de 23° 30'), entre a bem conhecida série de lugares do Brasil: Cabo Frio, Rio de Janeiro, Rio dos Reis, Pináculo da Tentação, S. Sebastião, S. Vicente e Cananeia, todos entre 23 e 25°. O nome de Jordão aplicado ao Prata volta a aparecer depois em vários mapas até 1536, desaparecendo então definitivamente.

Trata-se, segundo tudo leva a crer, de erro ou fantasia de cartógrafos, sem qualquer base na realidade. Os chefes políticos, os navegadores e os cronistas do tempo desconhecem tal designação. O grande rio sul-americano aparece nas crônicas e documentos com os nomes de Solis, Santa Maria, S. Cristóvão e Prata, mas *nunca* Jordão. Quem o lembra é o próprio Levillier: «En la documentación a raíz de las discusiones entre España y Portugal en esa época, se lee siempre: *Río de la Plata* o de *Solis*. Jamás hemos hallado el nombre de Jordán en una nota oficial o en correspondencia particular» ⁽⁸⁸⁾. Os cartógrafos tinham dessas fantasias. Para que não restem dúvidas daremos outro exemplo característico.

O Rio de Janeiro aparece já com este nome em Pedro Reinei (1519-22) e volta a encontrar-se em Maggiolo (1527). Sem que se saiba porquê, há uma série de mapas em que a famosa baía é denominada *Río de la Judia*: Salviati (1526-27), Castiglione (1526-27), Ribeiro (1527 e dois de 1529) e Wolfenbüttel (1530 ?). Não consta que este nome apareça em quaisquer outros documentos. Foi erro ou fantasia, repetida por alguns, mas pouco depois esquecida. O mesmo aconteceu com o *Jordão* que o cartógrafo do mapa de Turim se lembrou de aplicar ao Rio da Prata e que durou apenas até 1536, sem que aliás se encontre em todos os mapas até essa data.

Quanto à cartografia do quarto período, não interessa considerá-la, porque nada adianta para o esclarecimento do assunto.

Em conclusão: o Rio Jordão do primeiro período cartográfico e de alguns mapas do segundo e terceiro é um pequeno rio do Brasil, perto da Angra dos Reis, e não muito longe, portanto, do Rio de Janeiro. Contra isto não pode invocar-se o lapso, confusão ou fantasia do cartógrafo de Turim e dos que o imitaram, chamando *Jordão* ao Prata, quando nada prova que este rio tenha tido tal nome fora dos mapas.

⁽⁸⁸⁾ *America*, t. li, p. 163. Cfr. *ibid.*, p. 75.

c) *Cananeia e Cananor* — Mais complexo e difícil que o problema Jordão-Prata é o problema Cananor-Cananeia.

Até há pouco entendeu-se que estes dois nomes designavam o mesmo lugar da costa brasileira, em 25° de lat. S, sendo o primeiro uma corrupção do segundo, que seria a denominação exacta ⁽⁸⁹⁾. Levillier, como já vimos na exposição da sua tese, vem dizer que não é assim. Cananor e Cananeia seriam pontos diferentes da costa americana, a 20° de distância um do outro. Cananor, em plena Patagónia, teria sido descoberto e baptizado pela expedição de 1501-1502, conforme comprovaria a cartografia do primeiro período, que o apresenta sempre por volta de 45-47° e que desconhece Cananeia. Este nome, em compensação, aparece nos mapas do segundo período, a partir de 1515, e deve ter resultado portanto da expedição de 1513-1514. Por fim, as cartas do terceiro e quarto períodos, apresentando simultaneamente Cananeia (em 25°) e Cananor (em 45°) constituiriam a prova decisiva. Tratar-se-ia portanto de dois rios «que marcan dos descubrimientos, dos viajes, dos latitudes y dos jurisdicciones» ⁽⁹⁰⁾.

A tese é interessante, sem dúvida. Só é pena que o seu Autor se deixe suggestionar por ela a ponto de esquecer o que H. I. Marrou chama *a realidade na sua autêntica e irritante multiplicidade*. Nem é exacto que Cananor apareça sempre em 45-47°, nem é exacto que o nome esteja sempre escrito dessa forma, nem está provado de modo evidente que *Cananeia* não possa pertencer ao primeiro período cartográfico.

Em primeiro lugar, o nome em questão não se encontra muitas vezes nos mapas primitivos (King-Hamy, Pesaro, Cantino, Waldseemüller de 1506, Contarini-Roselli, Silvano, Lenox, Reisch, Pigafetta, Turim). Em segundo lugar, nem sempre a costa americana atinge os 45° (33° em King-Hamy, 37° 30' em Canerio, 38° em Ruysch, 36° 30' no Waldseemüller de 1516...), mesmo quando aparece Cananor. «Não é um nome que figure em latitudes muito diferentes» — afirma peremptoriamente Levillier ⁽⁹¹⁾. Mas se consultamos a mais antiga cartografia sul-americana, encontramos para ele as seguintes alturas: 45° (?) em Kunstmann II, 36° em Canerio,

⁽⁸⁹⁾ Cfr. DUARTE LEITE, *ob. cit.*, p. 434.

⁽⁹⁰⁾ *El descubrimiento del río de la Plata y la Patagonia*, p. 11.

⁽⁹¹⁾ *A propósito de Vespúcio*, in *Rev. de História*, n.º 16, p. 414.

43° (?) em Waldseemüller (1507), 31° em Ruysch, 34-35° no Waldseemüller de 1513 e 35° no de 1516, 40° em Schoner (1520). Eis a realidade na sua autêntica e irritante multiplicidade...

As razões disto já foram consideradas a propósito do Rio Jordão: erros dos cartógrafos e particularmente a deslocação da costa sul-americana no sentido meridional. A solução que então adoptámos para esse problema continua aqui a ser válida. Não é o Cabo da Boa Esperança que nos permitirá resolver as dificuldades, mas sim a posição relativa de outros lugares conhecidos da terra brasileira. Ora, a colocação de Cananor junto a S. Vicente e relativamente perto de S. Sebastião, Angra dos Reis e Rio dos Refens, mostra que esse lugar corresponde à actual Cananeia (25°) em pleno Brasil.

Mas há mais. O discutido topónimo nem sempre se encontra escrito do mesmo modo. Se lemos *Cananor* em vários mapas, também podemos ler *rio de cananoru* (= *cananeorum* ?) no Waldseemüller de 1507 e no de 1516. Numa representação reduzida da América que acompanha o primeiro destes dois planisférios está *rio de canarum* (com as duas últimas letras em abreviatura) e o Globo Verde de Paris apresenta-nos uma estranha *Regio de Cananorino*. Parece ter havido, assim, alguma incerteza na maneira de escrever um nome que por fim se fixou em *Cananeia*.

Tem-se entendido, geralmente, que esta designação é da mesma época de *Cananor*, por aparecer no mapa chamado de Kunstmann III, considerado de 1503-1506, ou pouco posterior. A Levillier, porém, interessa demonstrar que *Cananor* e *Cananeia* são nomes diferentes de lugares sempre diferentes, resultando o primeiro da expedição de 1501-1502 e o segundo da de 1513-1514. Como Kunstmann III é um sério obstáculo à tese, o Autor não hesitou em revolver a *História* neste ponto, propondo para o mapa a data de 1515, pouco mais ou menos. Em seu entender, esta carta difere das do primeiro período, não só pela forma e extensão da costa, mas também pela nomenclatura. Nomes como *Cananeia*, *Cabo de Santo Agostinho*, *Cabo Frio* e *Rio das Ostras* estão «ausentes de todas las cartas antes citadas de 1502-1516». Em compensação, estes nomes ou alguns deles aparecem em Vinci (1515), J. Reinei (1518 ?), Maggiolo (1519) e P. Reinei (1519-22).

Infelizmente para a tese do historiador argentino, não está provado que Kunstmann III seja de 1515 ou que não possa ser anterior

a esta data ⁽⁹²⁾. Se certos aspectos da nomenclatura (como o aparecimento de *Angra dos Reis* em vez de *Bata dos Reis*) podem fazer pensar que o mapa não pertence ao grupo dos mais antigos, outras circunstâncias nos inclinam em sentido contrário. É o caso da linha de costa, que Levillier diz terminar em 25°, mas que na realidade parece prolongar-se com inflexão sudeste, o que a assemelha notavelmente à da carta de Cantino, que é de 1502.

Por outro lado, é ilusório pensar que os quatro topónimos indicados permitem fixar a data de 1515. Sabe-se de certeza que pelo menos dois deles, *Cabo de Santo Agostinho* e *Cabo Frio*, não são posteriores a 1505. O primeiro nome foi posto pela expedição portuguesa de 1501-1502, segundo a famosa *Lettera* atribuída a Vespúcio e publicada em 1505 ou 1506 ⁽⁹³⁾. Além disso, encontramo-lo, juntamente com *Cabo Frio*, na tábuia de «ladezas» do *Esmeraldo*, que é de 1505 ⁽⁹⁴⁾, e a segunda denominação volta a aparecer repetidas

⁽⁹²⁾ O próprio LEVILLIER reconhece, em resposta a uma crítica, que a conclusão de que Kunstmann III deve ser de cerca de 1515 não foi apresentada «como prova feita» (*A propósito de Vespúcio*, in *Rev. de História*, n.º 16, P. 417).

⁽⁹³⁾ Cfr. *Ei Nuevo Mundo*, p. 254. Sobre os problemas que levanta este nome ver: C. MALHEIRO DIAS, *A expedição de 1501*, in *Hist. da Coloniz. Port. do Brasil* (=H. C. P. B.), vol. ii, pp. 207-208; DUARTE LEITE, *O mais antigo mapa do Brasil*, *ibid.*, pp. 259, 273, e *A exploração do litoral do Brasil na primeira década do século xvi*, *ibid.*, p. 421.

⁽⁹⁴⁾ Para se fazer ideia do ponto a que chega a *imparcialidade* de LEVILLIER, no desejo de impor a todo o transe a sua tese, vale a pena ver como é tratado em *América la bien llamada* o problema da data do *Esmeraldo*. Tem-se admitido que esta obra foi escrita entre 1505 e 1508 (Cfr. A. CORTESÃO, *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos xv e xvi*, Lisboa, 1935, vol. II, p. 106). O historiador argentino considera «probable que la mayor parte de la obra sea de 1505», mas propõe para data máxima 1518, em vez de 1508: «...cuando él nos dice que pasaron 47 años desde el sitio de Arzila y Tânger, y se sabe que esas ciudades fueron tomadas en 1471, llegamos a 1518, y esa es la fecha máxima del libro» (*América*, t. i, p. 200, nota 8). Tudo para conseguir atribuir à tábuia de «ladezas» do *Esmeraldo* uma data não anterior a 1515, pois nela encontramos *Cabo de Santo Agostinho* e *Cabo Frio*... Esforço inútil, como bem mostrou G. CARAO (Cfr. *Amerigo Vespucci e um moderno crítico argentino*, in *Revista de História*, São Paulo, ano III, n.º 12, Outubro-Dezembro de 1952, pp. 343-346). O passo do *Esmeraldo* a que LEVILLIER se refere (mas tendo o cuidado de não o transcrever) diz o seguinte: «E todos estes quatro lugares, s. Cepta, Alcacere, Tanjer, e Arzilla, sam d'estes Reynos de Portugal e de sua Coroa Real, porque vay ora em noventa annos que Cepta foy tomada

vezes no livro da nau *Bretoa*, escrito em 1511 ⁽⁹⁵⁾. Não se compreende, pois, como é que Levillier pôde escrever, imperturbavelmente, que «da data aproximada de 1514 poderia ter sido o Cabo Frio» ⁽⁹⁶⁾. É bem certo que «no hay peor ciego que el que no quiere ver»...

Quanto ao topónimo *Cananeia*, «sobre o qual se apoia, em substância, toda a reconstrução tentada por Levillier», já foi observado pelo cartólogo italiano G. Caraci que, «exatamente por este motivo, era não só oportuno, mas indispensável, que a origem do topónimo fosse esclarecida com provas seguras, isto é, com dados documentais fora do campo cartográfico. Do contrário cai-se num circulo vicioso : a data do Kunstmann III se afirma pela existência desse nome e a data do nome, por sua vez, se afirma pela data do Kunstmann III» ⁽⁹⁷⁾.

por força d'armas aos Mouros por Ielrei Dom Ioham ho primeiro d'este nome, da gloriosa memoria, vosso visavoo; e os outros tres per elRey Dom Afonso ho quinto, vosso tyo, de quarenta e sete annos pera cá...» (*E sirte raid o de situ orbis*, edição crítica de EPIFANIO DA SILVA DIAS, Lisboa, 1905, livro i, cap. 14.º, p. 51). O estudioso argentino *esqueceu-se* de Ceuta e Alcácer e, em compensação, viu no texto o que lá não está, isto é, que DUARTE PACHECO escrevia quando *tinham passado 47 anos desde a tomada de Arzila e Tânger*. Ora, ao aludir a Alcácer, Arzila e Tânger, o autor do *Esmeraldo* limita-se a fixar um termo a *quo*: foram conquistadas «de quarenta e sete annos pera cá». O ponto de partida é Alcácer, que foi tomada em 1458. Portanto: 1458 -f 47 = 1505. Por outro lado, «vay ora em noventa annos» que D. João I se apoderou de Ceuta. Logo: 1415 -f 90 = 1505. Esta data «é, pois, sem possibilidade de dúvida, a data que deve ser atribuída pelo menos aos primeiros 14 capítulos do i livro» (G. CARACI, *ob. cit.*, p. 346). Como a tábua de «ladezas» do *Esmeraldo* se encontra no cap. 7.º do mesmo livro, não se lhe pode atribuir data posterior a 1505. «De tudo isto se deduz que tanto o nome de Cabo Santo Agostinho quanto o de Cabo Frio eram conhecidos em Portugal pelo menos antes de 1505...» (G. CARACI, *ob. cit.*, p. 346).

⁽⁹⁵⁾ Insistindo no seu indefensável ponto de vista, LEVILLIER afirma peremptoriamente que o nome de *Cabo Frio* «no se descubre en ningún mapa primitivo, ni documento o crónica, hasta aparecer en el Libro de Marinharia de Juan de Lisboa, de 1514» e nos mapas Kunstmann m e Vinci, que atribui a 1515 (Cfr. *América*, t. i, p. 200). Já vimos o que vale toda esta «desenvoltura afirmativa» ante os dados claros do *Esmeraldo*. Bastará acrescentar que no livro da nau *Bretoa*, datado de 1511, aparece sete vezes o nome de *Cabo Frió* (Cfr. ANTÓNIO BAIÃO, *O comércio do pau brasil*, in *H. C. P. B.*, vol. xi, pp. 343-347).

⁽⁹⁶⁾ **A propósito de Vespúcio, in *Rev. de História*, n.º 16, p. 417.**

⁽⁹⁷⁾ *Ob. cit.*, pp. 340-341.

Levillier não consegue provar que, entre 1502 e 1526, Cananor e Cananeia sejam lugares diferentes da costa sul-americana, a 20° de distância um do outro. «Demos a prova da independência de ambos os rios, —diz o Autor de *America la bien llamada*— com os 18 mapas nos quais figura Cananéia a 25°, simultaneamente com Cananor a 46°, entre 1526 e 1590»^(es). Note-se bem: *entre 1526 e 1590*.

O erro ou ilusão de Levillier está em pensar que o Cananor de 1526-1590 corresponde necessariamente ao dos primeiros mapas. Ora, conforme já se viu, o que encontramos no período 1502-1526 não é Cananor em 46°, mas sim uma série de nomes diferentes, embora parecidos — Cananor, Cananorum, Canarum, Cananorino, Cananeia — em latitudes diversas, quase sempre erradas por excesso, como facilmente se conclui da posição de lugares próximos bem conhecidos. Até prova em contrário, teremos de admitir que estas designações são variantes de um nome aplicado a um lugar da costa brasileira, em 25°, e que tem ainda hoje o nome de Cananeia^(f).

Infelizmente, não temos para o estudo desta questão um mapa como o de Turim, que permite resolver o problema Rio Jordão-Rio da Prata. Não sabemos, por isso, em que circunstâncias, nem por que motivos, o nome *Cananor* aparece no mapa de Castiglione (1526-27)

(^{es}) A propósito de Vespúcio, in *Rev. de História*, n.º 16, p. 420.

(^f) Adoptando uma opinião já muito antiga, LEVILLIER pensa que Cananor pode ter sido uma recordação da cidade indiana do mesmo nome, tanto mais que a expedição de 1501-1502 se encontrou em Cabo Verde com dois navios da armada de Cabral, que regressavam do Oriente (*America*, t. n, pp. 10-11). Não nos parece aceitável a hipótese. Em primeiro lugar, já vimos que a forma *Cananor* não é a única que aparece nos mapas. Em segundo lugar, a intenção suposta pelo historiador argentino estaria fora dos hábitos do tempo: os nomes dados pelos navegadores às terras descobertas eram tirados do calendário, ou de acontecimentos da viagem, ou de aspectos da terra, ou dos próprios nomes dos descobridores. Finalmente, na carta que escreveu de Cabo Verde, em 4 de Junho de 1501, para Lourenço di Pier Francesco de Médicis, VESPÚCIO dá uma longa lista de cidades e regiões do Oriente, desde Moçambique a Samatra, de acordo com as informações de tripulantes da armada de Cabral, sem que nela se encontre o nome de Cananor (Cfr. *El Nuevo Mundo*, pp. 128-139). Portanto, ou este não foi citado, ou VESPÚCIO não lhe atribuiu qualquer importância especial. Vamhagen lembrou que o Cananor sul-americano pode ter resultado de alguma palavra indígena (Cfr. G. CARACI, *ob. cit.*, pp. 341).

aplicado a um rio da Patagônia, continuando em vários mapas até 1590, para desaparecer então definitivamente ⁽¹⁰⁰⁾.

dj *A tese de Levillier e as cartas de Vespúcio* — É sabido que as seis cartas atribuídas a Américo Vespúcio ainda hoje constituem um dos mais complicados e debatidos problemas da história dos Descobrimentos, um verdadeiro *labirinto*, para usar o termo de Levillier ⁽¹⁰¹⁾. Encontram-se nesses documentos tantos erros, fantasias, estranhas omissões, incongruências e enigmas, que muitos autores têm posto em dúvida a sua veracidade e autenticidade ⁽¹⁰²⁾. Mas após o importante trabalho do investigador italiano Alberto Magnaghi ⁽¹⁰³⁾, os historiadores inclinam-se geralmente a considerar como autênticas as cartas manuscritas e como falsificações ou, pelo menos, amplificações as duas cartas impressas, isto é, a *Mundus Novus* e a *Lettera*.

Não hesitando, uma vez mais, em revolver a História, o autor de *America la bien llamada* vem defender, com ousadia, a autenticidade de todos os referidos documentos e a veracidade do Florentino, em estudo, aliás, manifestamente insuficiente ⁽¹⁰⁴⁾.

Em sua opinião, Vespúcio «relató sus viajes y los relató bien» ⁽¹⁰⁵⁾. É certo que «se observan yerros y también reticencias, cuando no enigmas hasta ahora insolubles», como acontece com as «grandes contradicciones existentes entre la descripción de la carta del 18 de julio de 1500 y la *Lettera* de 1504» ⁽¹⁰⁶⁾. O *labirinto* é

⁽¹⁰⁰⁾ Ao contrário do Rio Jordão, Cananor não se encontra apenas nos mapas; aparece também num diário náutico da armada de Camargo em 1540 (Cfr. *El Nuevo Mundo*, p. 41).

⁽¹⁰¹⁾ *America*, t. i, p. 91; *El descubrimiento del río de la Plata y la Patagônia*, p. 8.

⁽¹⁰²⁾ Sobre as cartas de VESPÚCIO e seus problemas ver: A. MAGNAGHI, *Amerigo Vespucci*, 2 vols., Roma, 1924; DUARTE LEITE, *Américo Vespúcio e o Brasil*, in *Descobridores do Brasil*, Porto, 1931, pp. 107-193; GAGO COUTINHO, *Américo Vespúcio (As ideias modernas do prob Frederick Pohl)*, in *Boletim da Soc. de Geografia de Lisboa*, 65.^a série, 1947, pp. 659-682, e 66.^a série, 1948, pp. 73-111; e *A Náutica dos Descobrimentos*, vol. I, pp. 92-93, 298-315; T. O. MARCONDES DE SOUZA, *Amerigo Vespucci e Suas Viagens*, São Paulo, 1949; JÚLIO GONÇALVES, *ob. cit.*

⁽¹⁰³⁾ *Ob. cit.* (na nota anterior).

⁽¹⁰⁴⁾ Cfr. G. CARACI, *ob. cit.*, pp. 323-325 e nota 20.

⁽¹⁰⁵⁾ *America*, t. i, p. xvin.

⁽¹⁰⁶⁾ *g* *Nuevo Mundo*, p. 54; *America*, t. I, p. xix.

de tal ordem que Levillier se sente obrigado a declarar: «A pesar de lo que se ha progresado, reconocemos que la vaguedad de los términos de Vespucio, la discordancia de algunas de sus coordenadas con la realidad, y otros indiscutibles yerros que la cartografía no puede aclarar, nos dejan en la duda, no por cierto en lo que atañe a la verdad de los descubrimientos, sino en lo relativo a lugares, nombres y fechas» ⁽¹⁰⁷⁾. Mas o estudo da forma e do conteúdo das cartas assim como «el cotejo de los itinerarios dejados por Vespucio con los que denuncia la toponimia en los mapas» levaram-no à convicção «de que las seis cartas con sus errores, vaguedades y enigmas son documentos de auténtico origen vespuciano» ⁽¹⁰⁸⁾. Também não haveria motivo para duvidar das quatro viagens. «Creemos firmemente (*sic*), no sólo en la verdad de los cuatro viajes referidos en la *Lettera* a Soderini, sino en la autenticidad de origen de todos esos documentos. Y nuestra fe procede del hecho de que los mapas ratifican a Vespucio» ⁽¹⁰⁹⁾. Para o autor de *América la bien llamada* os mapas reunidos nesta obra revelam «su coincidencia plena con los relatos de Vespucio» ⁽¹¹⁰⁾.

É fácil mostrar que não é assim, ou melhor, que a concordância só existe num sentido bem diverso do que pretende o ilustre historiador argentino. Deixaremos de parte as questões relativas às chamadas primeira, segunda e quarta viagens de Vespucio, para considerarmos apenas as que estão ligadas à de 1501-1502, que teria conduzido ao descobrimento do Rio da Prata e da Patagónia, segundo Levillier. Já tivemos ocasião de ver que não podem tirar-se tais conclusões da cartografia. Vejamos agora o que nos dizem sobre o assunto as epístolas vespucianas, admitindo, a título de hipótese, a autenticidade de todas. A *fé* de Levillier só vem facilitar, neste ponto, a nossa crítica.

Das seis cartas atribuídas a Vespúcio cinco fazem referências à viagem de 1501-1502, mas só quatro nos interessam, porque a de 4 de Junho de 1501 foi escrita à ida, em Cabo Verde.

Antes de mais deve notar-se que em nenhuma destas epístolas há a mínima alusão ao Rio da Prata ou a qualquer rio, golfo ou

⁽¹⁰⁷⁾ *América*, t. I, p. 91.

(ios) *El pjuevo Mundo*, p. 55.

(i°9) *América*, t. i, p. 91.

⁽¹¹⁰⁾ *Ibid.*, p. XXIII.

canal que com ele se possa identificar. Ora, Vespúcio «não se esqueceria de falar no grande rio, se com ele sequer tivesse sonhado» C⁽¹¹¹⁾), e o silêncio é tanto mais incompreensível quanto é certo que vemos o Florentino, como bom italiano do Renascimento, preocupado sempre com a fama e a glória (112).

Se realmente tivesse descoberto o estuário platino, seria extraordinário que nada dissesse.

Levillier notou a dificuldade e procurou contorná-la recorrendo aos dados da *Lettera* a Soderini sobre o itinerário da expedição. Ai se diz, efectivamente: «Percorremos perto de 750 léguas desta costa; 150 desde o dito Cabo de Santo Agostinho para o poente e 600 para o libécio...» (113). Levillier faz notar que 750 léguas, desde o Cabo de Santo Agostinho (em 8°), levam às vizinhanças de Cananor, que, em sua opinião, estava em 45-47°, na Patagónia, e conclui, satisfeito: «Existe, pues, coincidencia entre el recorrido global precisado por él y la ruta que marcan tácitamente los mapas de 1502, con Cananor en el extremo austral» (114).

Infelizmente, há equívoco do ilustre escritor argentino. A *Lettera* não diz que as 750 léguas foram percorridas desde o Cabo de Santo Agostinho para sul ou sudoeste. Segundo o mesmo documento, a expedição atingiu a terra brasileira em 5° de lat. S e daí ao referido cabo contou 150 léguas, percorrendo depois mais seiscentas a partir desse ponto. A interpretação de Levillier conduz ao absurdo, porque uma viagem de 150 léguas *para poente* do Cabo de Santo Agostinho faria entrar os navios pela terra dentro ! O equívoco resultou de Vespúcio se ter explicado mal, misturando o percurso feito antes do Cabo com o que foi feito depois, e falando de inflexão da costa para poente entre os 5 e os 8° de latitude, o que só em pequena parte é verdade. Dando ao texto o único sentido razoável, facilmente concluimos que as 600 léguas a partir do Cabo de Santo Agostinho, atribuindo 17 léguas ao grau (segundo a medida por-

(^m) DUARTE LEITE, *O mais antigo mapa do Brasil*, in H. C. P. B., vol. II, p. 261. Já o grande mestre da historiografia brasileira que foi Capistrano de Abreu fez idêntica observação (Cfr. *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século xvi*, Rio, 1883, p. 52).

(¹¹²) *America*, t. II, pp. 347, 350, 355; *El Nuevo Mundo*, pp. 38, 128, 144, 168.

(¹¹³) *El Nuevo Mundo*, pp. 256-258.

(¹¹⁴) *America*, t. II, p. 330.

tuguesa do tempo), só permitiriam chegar, quando muito, à foz do Prata (35°), mas nunca ao suposto Cananor em 45-47°.

Por outro lado, as restantes fontes conhecidas não estão de acordo com a *Lettera*. Assim, a carta de Vespúcio de 1502, referindo-se à mesma viagem e ao Brasil, diz: «pela qual terra corremos cerca de 800 léguas, sempre à quarta de libécio para Poente» ⁽¹¹⁵⁾ — coisa impossível se de facto atingiram a costa em 5° de latitude. Segundo a *Mundus Novus*, porém, teriam seguido o litoral por «cerca de 600 léguas», havendo que juntar a este número mais 300, que era a distância entre o ponto onde primeiro tinham tocado e aquele em que a costa voltava para o sul: ao todo, portanto, 900 ⁽¹¹⁶⁾. Por fim, o acto notarial de Valentim Fernandes (1503) diz que o litoral foi percorrido «por quâsi 760 léguas» ⁽¹¹⁷⁾.

Estes dados divergentes devem ser todos muito exagerados. A distância entre os 5 e os 8° de lat. S na costa brasileira não poderia ser de 150 léguas, como está na *Lettera*, e muito menos de 300, conforme se lê na *Mundus Novus*. Do mesmo modo, quando Vespúcio nos diz que entre o Cabo Verde, na África, e o Brasil (em 5°) há 700 léguas, comete um erro por excesso de, pelo menos, 170 léguas ⁽¹¹⁸⁾. É provável, por isso, que as 600 da *Lettera* sejam «um número de fantasia, ou pelo menos muito ampliado, consoante a prática corrente» ⁽¹¹⁹⁾. Mas ainda que assim não fosse, de modo nenhum chegariam, como já vimos, para apoiar a tese de Levillier.

Também não é lícito invocar a latitude máxima atingida pela expedição e que teria sido de 50° segundo as duas cartas de 1502 e a *Mundus Novus*, 52° segundo a *Lettera* e 53° de acordo com o acto notarial de Valentim Fernandes. Vespúcio limita-se a dar quase sempre «una noción de conjunto del viaje», como diz Levillier ⁽¹²⁰⁾, mas sem entrar em muitos pormenores sobre o itinerário e os acidentes da costa. Em todo o caso, os que constam da carta fragmentária de 1502 e da *Lettera* são suficientes para destruir a tese de *America*

⁽¹¹⁵⁾ *El Nuevo Mundo*, p. 142.

⁽¹¹⁶⁾ *Ibid.*, pp. 176, 178.

⁽¹¹⁷⁾ Cfr. A. FONTOURA DA COSTA, *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*, Lisboa, 1939, p. 93.

⁽¹¹⁸⁾ *El Nuevo Mundo*, p. 176, 250.

⁽¹¹⁹⁾ DUARTE LEITE, *O mais antigo mapa do Brasil*, in H. C. P. B., vol. II, p. 260.

⁽¹²⁰⁾ *America*, t. II, p. 330.

la bien llamada, pois o Florentino afirma, por mais de uma vez, que a expedição deixou o litoral em 32° de lat. S e que a altura de 50 ou 52° foi alcançada em pleno mar, no rumo de sudeste (siroco).

«Verdade é — lemos na citada carta de 1502 — que quando chegámos à altura de 50 graus estávamos no mar e não em terra; porque quando nos afastámos da terra não estávamos em maior altura que 32 graus e depois tanto navegámos pelo vento siroco que chegámos à dita altura de 50 graus e sem terra, embora pensássemos estar perto da terra por muitos sinais que víamos...» ⁽¹²¹⁾. E noutro lugar do mesmo documento diz Vespúcio que as terras por ele vistas e navegadas se encerram entre dois paralelos, um dos quais dista da linha equinocial 33° para o norte e o outro 32° para o sul ⁽¹²²⁾. Finalmente, segundo a *Lettera*, os navegadores seguiram com rumo sudoeste (libécio) até 32°, ao longo da costa, mas resolveram então afastar-se desta e partiram na direcção do sudeste, deixando portanto cada vez mais longe o continente americano ⁽¹²³⁾.

Há quem pense, com base nos dados astronómicos fornecidos pela *Lettera*, que não foi sequer ultrapassada, junto ao litoral, a altura de 26°, mas este é problema que de momento não interessa considerar ⁽¹²⁴⁾. Em qualquer caso, se as cartas de Vespúcio são autênticas e se o Florentino diz a verdade, — coisas de que Levillier não duvida, — torna-se evidente que a expedição portuguesa de 1501-1502 não descobriu o Rio da Prata nem a Patagónia, porque não ultrapassou, junto à costa, a latitude de 32°, ou seja, o actual estado do Rio Grande do Sul.

Para não aceitar os dados claros de documentos cuja autenticidade e veracidade enérgicamente defende, o autor de *America la bien llamada* vê-se obrigado a fazer prodígios de contorcionismo, não se assustando perante as incongruências e contradições, «pues la dialéctica para todo da» ⁽¹²⁵⁾.

⁽¹²¹⁾ *El Nuevo Mundo*, p. 154.

⁽¹²²⁾ *Ibid.*, p. 156.

⁽¹²³⁾ *Ibid.*, pp. 254-256.

⁽¹²⁴⁾ Cfr. C. MALHEIRO DIAS, *A expedição de 1501*, in *H. C. P. B.*, vol. ii, p. 209; DUARTE LEITE, *O mais antigo mapa do Brasil*, *ibid.*, pp. 260-261; e, do mesmo autor, *O termo meridiopal da terceira navegação de Américo Vespúcio*, in *Seara Nova*, n.º 917, 10-Março-1945, pp. 163-167, e *Ecce Iterum Crispinus*, in *Seara Nova*, n.º 1170-1171, 10-Junho-1950, p. 179.

⁽¹²⁵⁾ *America*, t. i, p. xix.

Assim, ao tratar da carta fragmentária de 15Q2, Levillier mostra-se disposto a «señalar algunas concordancias» com os outros documentos. Afinal, depois de transcrever o importante passo em que se diz que a latitude de 50° foi alcançada «nel mare et none in terra», porque quando a expedição se afastou da costa não estava «in maggiore altura che 32 gradi», vemos o Autor começar por apontar discordâncias: «En realidad, de acuerdo con la nomenclatura de mapas de 1502, dejaron la inmediación de la tierra después de bautizar el Río Jordán (Río de la Plata), Pinachullo Detentio (Cerro de Montevideo) y Cabo San Antonio, o sea después de andar por 35° a 36° largos de latitud aproaran por el sursuroeste, entre 45° y 46° de latitud, pusieron nombre al río Cananor, siguieron por una tierra fría y ventosa unas 20 leguas y tomaron el rumbo nornordeste, para el regreso» ⁽¹²⁶⁾. Quase tudo isto é fantasia, ainda por cima em contradição com a referida carta de 1502 e com a *Lettera*.

Pensa Levillier que «no bajaron a tierra ni exploraron ya, acaso por saber que estaban en jurisdicción ajena» ⁽¹²⁷⁾; noutro lugar, porém, atribui ao Florentino «la honra de ser el descubridor de la costa en la cual se detiene, penetra, bautiza, explora y pasa» ⁽¹²⁸⁾. Admite que os navegadores tenham utilizado 10 dias na «exploración de nuestro río y sin duda (sic) lo revisaron a conciencia» ⁽¹²⁹⁾, sendo até «probable que lo navegaran hasta cerca de las desembocaduras del Paraná e el Uruguay (!)» ⁽¹³⁰⁾. O Prata teria sido descoberto entre 10 e 15 de Março de 1502, ficando o resto do mês para «recorrer las bahías y los ríos», em busca de um canal, o que levou a expedição até 45-47° de latitude sul... ⁽¹³¹⁾. É «evidente» que tudo isto foi feito seguindo ao longo da costa, sem a perder de vista, mas sem desembarcar nem tomar posse... ⁽¹³²⁾.

Fantasias ou hipóteses sem base, que a cartografia não permite, pois, como já tivemos ocasião de ver, o Cananor de 1502 não estava na Patagónia e o Rio Jordão, suposto Prata, era apenas um pequeno rio do Brasil, perto da Angra dos Reis... Por outro lado, os dados

⁽¹²⁶⁾ *g)* *Nuevo Mundo*, p. 72.

⁽¹²⁷⁾ *Ibid.*, p. 72.

⁽¹²⁸⁾ *Ibid.*, p. 39.

^(s) *ibid.*, p. 40.

⁽¹³⁰⁾ *America*, t. II, p. 333.

⁽¹³¹⁾ *America*, t. II, p. 332-333; *El Nuevo Mundo*, p. 40.

⁽¹³²⁾ *El Nuevo Mundo*, p. 39.

bem claros da carta fragmentária de 1502 e da *Lettera* sobre o rumo da armada, assim como o total silêncio dos documentos vespuccianos a respeito de descobrimentos na costa americana ao sul de 32° acabam por reduzir a nada a laboriosa construção do historiador argentino.

Em desespero de causa, vê-se por fim impelido a recorrer ao tão odiado, execrado e ridicularizado sigilo, o que tem todo o aspecto de ser um daqueles «remiendos oportunistas» que o Autor tanto censura a alguns historiadores portugueses ⁽¹³³⁾.

A viagem de 1501-1502 teria sido *clandestina* ⁽¹³⁴⁾, e o Rei D. Manuel teria procurado esconder a sua intromissão na jurisdição castelhana, para além do meridiano de Tordesilhas, que passava, segundo Levillier, perto de Cananeia, em 25° de latitude sul. Assim se explicariam as «singularísimas omisiones» das cartas de Vespúcio, que seriam apenas «versiones menguadas, con seguridad impuestas por el Rey de Portugal» ⁽¹³⁵⁾. Na carta de 1502, por exemplo, nota-se «la continua reserva de quien evita a toda costa decir más de lo que conviene» e isto porque «era peligroso hablar de navegaciones y descubrimientos en tierra de Portugal, o escribir a su respecto» ⁽¹³⁶⁾. A própria indicação do rumo sudeste da armada a partir de 32° poderia não corresponder à realidade: «el rumbo pudo ser encubierto y ciertas recaladas silenciadas por imposición del Rey de Portugal, ansioso de ocultar la intrusión de su escuadra en jurisdicción de Castilla» ⁽¹³⁷⁾.

Um leitor malicioso talvez se sentisse tentado agora a repetir, à maneira de comentário, todas as palavras ásperas e sarcásticas de Levillier acerca da política de sigilo... Mas é preferível mostrar como o historiador argentino se refuta a si próprio.

Assim, vemo-lo afirmar, relativamente à expedição de 1501-1502, que «bojando, como lo hicieron, sin tomar posesión y ciñéndose a la costa sin bajar en ella ni perderla de vista, podían dar con el paso buscado sin lesionar los derechos de la corona vecina...» ⁽¹³⁸⁾.

⁽¹³³⁾ *America*, t. I, p. 182.

⁽¹³⁴⁾ *El Nuevo Mundo*, p. 13.

⁽¹³⁵⁾ *El descubrimiento del río de la Plata y la Patagonia*, p. 8. Cfr. *A propósito de Vespúcio*, in *Rev. de História*, n.º 16, p. 415.

⁽¹³⁶⁾ *El Nuevo Mundo*, pp. 69-70.

⁽¹³⁷⁾ *El descubrimiento del río de la Plata y la Patagonia*, p. 6.

⁽¹³⁸⁾ *El Nuevo Mundo*, p. 39.

Ora, se não houve lesão dos direitos de Espanha, também não havia motivo sério para o Rei de Portugal estar «ansioso» por ocultar a intromissão da sua armada em jurisdição alheia ⁽¹³⁹⁾. E a verdade é que não ocultou.

Pois não lemos na carta fragmentária de 1502 e na *Lettera* que a expedição seguiu o litoral até 32° ? Se a jurisdição portuguesa terminava em 25°, houve uma intrusão de 7° (mais de 120 léguas) revelada por estes documentos.

E como vem Levillier falar de silêncios impostos por D. Manuel, quando o vemos dizer, por outro lado, que a *Lettera* coincide com a cartografia ao denunciar o percurso total da armada, que teria chegado a 45-47°, em plena costa da Patagónia ?

Finalmente, poderá aceitar-se que o soberano português estava «ansioso» por ocultar a viagem, apesar de um documento público — o acto notarial de Valentim Fernandes, de 20 de Maio de 1503— referir que os navegadores seguiram o litoral sul-americano «por quase 760 léguas», e apesar de sabermos que o mesmo documento foi lido «diante da régia magestade, dos seus barões, supremos capitães e pilotos ou governadores dos seus navios da supracitada terra dos antípodas com o novo nome de *terra de santa cruz* e todos unânimemente a confirmaram» ⁽¹⁴⁰⁾ ?

Por outro lado, segundo o próprio Levillier, era inútil tentar guardar segredo: «Dónde estaban los secretos ? En ninguna parte. Lo vimos ya por los despachos de esa época, hoy conocidos, de los diplomáticos y agentes comerciales italianos asentados en Lisboa. Como en Roma, como en Sevilla, como en Londres y en Paris, todo se sabía» ⁽¹⁴¹⁾. Depois disto é preciso audácia para escrever que «el viaje en que tomara parte Vespúcio quedaria sepultado en los archivos secretos de la Cancillería lusitana» ⁽¹⁴²⁾. Mas admitamos, por um momento, que assim foi. Suponhamos que Portugal pre-

(139) Quisemos pôr em foco mais uma contradição ou incongruência, mas devemos frizar que, contrariamente à opinião de Levillier, o tratado de Tor-desilha⁹ não permitia que os navios de qualquer das partes entrassem na jurisdição da outra «a descobrir e buscar terras nem ilhas algôas» (Ver o texto do tratado em apêndice a Rui de Pina, *Croniqua delrey Dom Joham II*, nova ed., com prefácio e notas de A. MARTINS DE CARVALHO, Coimbra, 1950, p. 251).

⁽¹⁴⁰⁾ Cit. por FONTOURA DA COSTA, *ob. cit.*, p. 93.

⁽¹⁴¹⁾ *America*, t. I, p. 230.

⁽¹⁴²⁾ *Ibid.*, t. II, p. 148.

tendeu envolver em silêncio a expedição de 1501-1502. Ora, em 1531, em resposta a um protesto espanhol contra a viagem de Martim Afonso de Sousa ao Rio da Prata, D. João III fez saber que o estuário fora descoberto por «huua armada de dom Nuno Manuel» enviada por El-Rei seu pai, mas como agora se dizia que o descobrira um Solis, vassalo do Imperador, propunha se fizessem averiguações nos dois países para se saber ao certo quem tinha sido o primeiro a achar o rio ⁽¹⁴³⁾.

Compreende-se a dúvida se nos lembrarmos que a expedição portuguesa é de 1513-1514 e a espanhola de 1515-1516. «Lo que no puede admitirse» — como muito bem diz Levillier — é que o Rei de Portugal guardasse segredos «contra sus intereses» ⁽¹⁴⁴⁾, deixando de falar na viagem de 1501-1502 quando tinha toda a vantagem em fazê-lo. O sigilo, neste momento, era perfeitamente absurdo. D. João III não invocou um descobrimento do Prata em 1502 pela simples razão de que ele não existiu.

e) *Vespúcio e o comando da expedição de 1501-1502* — Dadas as conclusões a que chegámos nas páginas anteriores sobre o itinerário da viagem de 1501-1502, carece de interesse a questão de saber se Vespúcio, conforme pretende na *Lettera*, exerceu durante algum tempo o comando da armada, pois todos os descobrimentos efectuados durante esse período se teriam reduzido, segundo o mesmo documento, ao encontro de uma «costa brava», em pleno Atlântico sul, cerca de 500 léguas a sueste do ponto em que os navios se afastaram do litoral americano. No entanto, as conjecturas e hipóteses que Levillier formula a este propósito são tão extraordinárias que entendemos dever fazer-lhes um breve comentário.

Conta Vespúcio terem navegado tanto para o austro que se acharam fora do trópico de Capricórnio, em altura de 32°, tendo perdido completamente de vista a Ursa Menor, enquanto a Maior mal aparecia sobre a linha do horizonte. Como já estavam na viagem há 10 meses e não encontravam na terra minério algum, resolveram afastar-se dela e ir explorar o mar para outro lado. «Feito o nosso conselho, — diz o Florentino — foi deliberado que se seguisse

⁽¹⁴³⁾ Ver o documento publ. por ARMANDO CORTESÃO, *ob. cit.*, vol. i, p. 248, nota. Cfr. E. DE GANDÍA, *Antecedentes diplomáticos de las expediciones de Juan Díaz de Solis Sebastián Caboto y Don Pedro de Mendoza*, Buenos Aires, 1935, p. 77-79 e notas 86 e 87.

⁽¹⁴⁴⁾ *America*, t. i, p. 185.

aquela navegação que me parecesse bem e foi posto em mim todo o mando da frota». Depois de terem reunido provisões para seis meses, começaram a navegar pelo vento siroco (sueste), a 15 de Fevereiro, e tanto avançaram nessa direcção que chegaram a 52° de lat. S, estando afastados do ponto de partida umas 500 léguas. Foi isto a 3 de Abril, dia em que se levantou no mar tal tormenta «que toda a frota estava com grande temor». A 7 de Abril avistaram uma nova terra, da qual percorreram cerca de 20 léguas, achando que era toda «costa brava». Vendo-se em tanto perigo com o frio e a tempestade, resolveram com o capitão-mor fazer sinal à armada para deixar a terra e tornar a Portugal ⁽¹⁴⁰⁾.

Baseado nos dados astronómicos da *Lettera*, pensa Levillier que a transferência do comando se deu, não em 32°, mas sim entre 25 e 26°, ou, mais precisamente, nas vizinhanças de 25° 35'.

Qual a explicação de tão insólito acontecimento ? Vespúcio não dá nenhuma e o historiador argentino vê-se reduzido a formular hipóteses: «Conjeturamos que los portugueses reconocerian que proseguir más allá de 25° 35' de latitud sur era meterse en aguas de jurisdicción castellana» ^(145 146). Conjectura bem pouco verosímil, pois é sabido a quantas dúvidas e controvérsias deu origem o lançamento da linha de Tordesilhas, por falta de instrumentos e processos científicos adequados. Só no século xvm foi possível calcular com rigor as longitudes no mar ⁽¹⁴⁷⁾. Parece-nos que Levillier exige muito da ciência dos pilotos portugueses de 1501-1502...

«Acaso» — pensa o Autor — D. Manuel teria recomendado aos oficiais que não lhe criassem conflitos com os Reis Católicos ; «acaso» teria depositado nas mãos de Vespúcio o direito de decidir em caso de dúvidas e «el florentino abogó por la continuación del viaje». Concessão absurda, quando sabemos, pelo próprio Vespúcio, que existia na armada um capitão-mor. E se D. Manuel recomendou aos navegadores que não provocassem conflitos, será lógico admitir que o Florentino advogou o prosseguimento da viagem *dentro da jurisdição castelhana* ?

(145) *¿7 Nuevo Mundo*, pp. 254-259.

(146) *El Nuevo Mundo*, p. 39. Cfr. *América*, t. II, p. 332.

(147) Cfr. José A. MADEIRA, *O problema das longitudes na época dos descobrimentos marítimos e os primeiros observatórios da Europa*, in *Boletim da Soc. de Geogr. de Lisboa*, série 63.^a, 1946, pp. 93-132; L. PEREIRA DA SILVA, *A arte de navegar dos portugueses*, in *H. C. P. B.*, vol. i, Porto, 1921, pp. 85-90.

É certo que, para Levillier, «evidente es que bojando, como lo hicieron, sin tomar posesión y ciñéndose a la costa sin bajar en ella ni perderla de vista, podían dar con el paso buscado sin lesionar los derechos de la corona vecina...» ⁽¹⁴⁸⁾, mas o evidente, conforme já vimos, é que isto não é exacto, por tal navegação ser contrária ao tratado de Tordesilhas.

«Es razonable suponer, — diz ainda o historiador argentino — conociéndose el rigor y la minucia previsora de las instrucciones reales lusitanas, que el capitán — acaso Gonzalo Coelho — se negó a ultrapassar las suyas y a navegar más allá de la latitud tocada ; pero hubo de inclinarse ante la insistencia de la mayoría, rehuendo la responsabilidad, que confió temporariamente a Vespúcio». Tendo sido transferido o comando, caberia ao Florentino o título de descobridor do Prata e da Patagónica... A 7 de Abril, finalmente, resolveu «devolver el mando al capitán mayor para la vuelta a Portugal» ⁽¹⁴⁹⁾.

Continuam, como se vê, as conjecturas sem base e pouco verosímeis. Levillier, apesar de conhecer «el rigor y la minucia previsora de las instrucciones reales lusitanas», admite que o capitão-mor tenha cedido à insistência da maioria, entregando o comando a Vespúcio... para se livrar de responsabilidades !

Nas duas cartas de 1502 e na *Mundus Novus* não há palavra sobre o assunto. A *Lettera*, por sua vez, refere-se a um «conselho», mas não fala de divergências, nem de insistências, nem de maiorias ou minorias ⁽¹⁵⁰⁾. Não é crível que o comandante da armada tenha ousado contrariar as supostas instruções, tanto mais que a transferência do comando nada resolvia: continuava a haver uma frota portuguesa a fazer descobrimentos na jurisdição castelhana, contraditoriamente ao tratado de Tordesilhas.

Extraordinário seria também que as tripulações, qpondo-se às instruções régias e à vontade do comandante, pretendessem conti-

(148) *El Nuevo Mundo*, p. 39.

(149) *El Nuevo Mundo*, pp. 39-40. Cfr. *America*, t. II, pp. 330-333.

(mo) influenciado talvez pelas palavras de LEVILLIER, um vulgarizador das suas conclusões amplificou o episódio ao ponto de falar de «una asamblea de marinos en la playa» e comentando: «Esa reunión es notable. Es la primera asamblea democrática de los europeos que registran los anales del Continente» (G. ARCINIEGAS, *Redescubrimiento de Amerigo*, in *Life en español*, 11-Outubro-1954, p. 88). Ver a crítica deste artigo feita pelo Almirante Gago Coutinho : *Vespúcio, 1954, ou a «rediscovery oi Américos*, in *Boletim da Soc. de Geog. de Lisboa*, série 72.^a, 1954, pp. 433-435.

nuar uma viagem que durava há bastantes meses, quando o natural era que desejassem abreviá-la. Conhecem-se casos de oposição ao prosseguimento de viagens, mas a hipótese contrária, formulada por Levillier, é inverosímil.

Finalmente, nada prova que a devolução do comando ao capitão-mor se tenha dado em 7 de Abril: pode ter sido nesse dia, ou antes, ou depois, porque o texto da *Lettera* é ambíguo ⁽¹⁵¹⁾.

Em suma, a história da chefia transferida parece suspeita, mas, ainda que aceitemos a informação, ela pouca importância tem, pois os descobrimentos de Vespúcio não vão além de uma vaga «costa brava», que não sabemos ao certo onde era. Note-se ainda que o desvio da armada para sueste não é estranho ou absurdo, como pensaram alguns autores, pois tem uma explicação de ordem náutica : esse rumo era necessário para contornar o vento nordeste, dominante junto à costa, e ir aproveitar ao largo os ventos gerais de sueste, que facilitavam o regresso a Portugal ⁽¹⁶²⁾.

i) Conclusão — Apesar de tudo, vale a pena ler as páginas em que Levillier expõe a sua tese sobre o papel de Vespúcio na expedição de 1501-1502 ⁽¹⁵³⁾. Ao menos, «para comprobar cómo puede estirarse la imaginación para salvar lo insalvable» ⁽¹⁵⁴⁾. E entretanto ficaremos nesta conclusão: a expedição portuguesa de 1501-1502, a bordo da qual se encontrava Américo Vespúcio, não descobriu o Rio da Prata nem as regiões próximas. Até prova em contrário... ⁽¹⁵⁵⁾.

LUÍS FERRAND DE ALMEIDA

⁽¹⁵¹⁾ Cfr. *El Nuevo Mundo*, p. 256.

⁽¹⁵²⁾ Ofc. GAGO COUTINHO, *Vespúcio, 1954, ou a «rediscovery oi Amerigo»*, in *Boletim cit.*, p. 435.

⁽¹⁵³⁾ Sobre este papel, e em sentidos diversos, ver também: T. O. MARCONDES DE SOUZA, *A expedição de 1501-1502 e Amerigo Vespucci*, São Paulo, 1949; DAMIÃO PERES, *Américo Vespúcio e a expedição de 1501 -1502*, Porto, 1949.

⁽¹⁵⁴⁾ *El Nuevo Mundo*, p. 74, nota 17.

⁽¹⁵⁵⁾ Já depois de escritas estas páginas tivemos conhecimento de mais três estudos de Levillier, incansável na propaganda da sua tese: *Vespúcio, descubridor del Plata, en su V Centenario. Algunos testimonios*, in *Revista de Indias*, n.º 54, 1953, pp. 515-525; *En defensa de Vespúcio y de la verdad histórica*, *ibid.*, n.º 57-58, 1954, pp. 455-508; *As cartas e viagens de Vespúcio, segundo Magnaghi*, São Paulo, 1954. Pouco adiantam relativamente aos anteriores e, em todo o caso, não nos obrigam a alterar os nossos argumentos e conclusões.